

convergência

ABR — 1977 — ANO X — Nº 101



- **MEU TRABALHO NA CRB, UM TEMPO DE GRAÇA**, página 135
Entrevista de Frei Constâncio Nogara, OFM
- **O VOTO DE POBREZA,
UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL**, página 148
Pe. Marcellô de Carvalho Azevedo, SJ
- **RICOS E POBRES,
VISÃO PATRÍSTICA DE UM PROBLEMA NOSSO**, página 164

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB

Direção, Redação, Administração:

Rua Dom Gerardo, 40 — 6º andar
(ZC-05) — 20.000 RIO DE JANEIRO
— RJ.

Assinaturas para 1977:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea) ... Cr\$ 150,00
Exterior: marítima US\$ 17,00
 aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 15,00

Os artigos assinados são da respon-
sabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25 —
20.000 Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da
Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís,
100 — 25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

"O CAMINHO SE FAZ CAMINHAN-
DO". Dez anos vivendo isto. Dez
anos de CONVERGÊNCIA. Coragem
de caminhar e fazer caminhar. A par-
tir da experiência e da vida. À luz da
fé que alicerça nossa vida de Re-
ligiosos e lhe dá sentido. Procura e
renovação que não cessam. Cam-
inhar na Igreja e com a Igreja, de
hoje e de sempre.

Registro na Divisão de Censura de
Diversões Públicas do D.P.F. sob o
nº 1.714-P.209/73.



SUMÁRIO

EDITORIAL	129
XIV DIA MUNDIAL DE ORA- ÇÃO PELAS Vocações ..	131
MEU TRABALHO NA CRB, UM TEMPO DE GRAÇA , entre- vista de Frei Constâncio No- gara, OFM	135
ESPAÇO DO REDATOR , Pe. Marcos de Lima, SDB	146
O VOTO DE POBREZA, UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL , Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	148
RICOS E POBRES, VISÃO PARTÍSTICA DE UM PRO- BLEMA NOSSO , Irmã Car- men Maria Tavares de Lyra, NDS	164
VIDA RELIGIOSA E MISSÃO. A CAMINHADA EM NOSSOS DIAS DE UMA CONGREGA- ÇÃO DE OUTROS TEMPOS , Depoimento da Irmã Yolan- da Setúbal, CSA	179
LIVROS NOVOS para Você ler	191

EDITORIAL

**A coragem de voltar
ao Evangelho dará sentido
à nossa vida religiosa
no contexto da realidade
da Igreja e do Mundo.**

ELE veio para evangelizar os pobres. Em cada um de nós, religiosos do Brasil, ELE vem de novo, nesta Páscoa que celebramos. E quem são os pobres? E como ser pobre em meio aos pobres? Como viver no mundo de hoje esta dimensão evangélica da pobreza? De que modo concretizar na vida religiosa o primeiro dos votos que fazemos? Estas perguntas e outras muitas aparecem logo em primeiro plano quando nos olhamos e questionamos à luz do tema central da XI Assembléia Geral da CRB: **A realidade nacional e eclesial do Brasil e a qualidade da presença dos religiosos nela.**

CONVERGÊNCIA quer enfrentar com seus leitores estes temas tão difíceis e fundamentais. Ricos e Pobres, um problema de sempre. **Irmã Carmen Maria Tavares de Lyra, NDS**, pesquisou para nós o enfoque de alguns entre os principais Padres Gregos. Impressionante! Quase tudo poderia e até mesmo deveria ser dito hoje. **P. Marcello de Carvalho Azevedo, S.J.**, leva adiante seu artigo do último número. Aborda aqui a vida religiosa pelo ângulo dos votos. O voto de pobreza, num enfoque exigente e atual, é uma tentativa de embasamento a um tempo cristológico e real-existencial desta dimensão básica de nossa vida. E é sobretudo em função destas balizas da pobreza, da justiça e do amor, que **Irmã Yolanda Setúbal, CSA**, partilha conosco a experiência vivida da caminhada concreta em nossos dias de uma congregação de outros tempos. Um DEPOIMENTO inestimável que traduz o empenho comunitário e perseverante de todo um grupo religioso.

É a coragem de voltar às fontes, de viver seriamente para os dias de hoje a inspiração primeira do Evangelho, que dará sentido à nossa vida religiosa no contexto da realidade atual da Igreja e do Mundo. É por aí que nossa vida dirá algo aos jovens de nosso tempo. O **Santo Padre Paulo VI** convida-nos a celebrar o **XIV Dia Mundial de Oração pelas Vocações**. Num clima realista e austero, o Papa reflete conosco sobre o sentido de nossa vocação apostólica. Começamos a ver com esperança estes jovens, sobretudo rapazes, que vêm testar em nossas casas se nossa vida responde de fato ao seu anseio de generosa entrega ao Senhor e aos irmãos. São novas vocações. Não podemos lançar vinho velho

em odres novos. O Evangelho é de sempre. Mas tem de ser novo para cada tempo. Temos que morrer com o Senhor Jesus e ressuscitar para uma nova vida.

Promover e animar esta vida nova tem sido a razão de ser da CRB. Ela se tornou um ponto de encontro dos Religiosos do Brasil. Quanta coisa hoje natural entre nós, religiosos deste país, começou timidamente aqui na CRB e lutou para medrar e florescer. **Frei Constâncio Nogara, OFM**, sete anos Secretário Executivo Nacional da CRB, conta para os leitores este tempo de graça que foi o serviço aos religiosos do Brasil em seu trabalho na CRB. Também para esta missão precisamos de novas vocações.

P. Marcello de Carvalho Azevedo S. J.
Presidente Nacional da CRB

XIV DIA MUNDIAL DE ORAÇÃO PELAS VOCAÇÕES

A todos os Irmãos e Filhos da Igreja Católica!

Com espírito de alegria cristã, nós vamos celebrar o **XIV Dia Mundial de Oração pelas Vocações**. E celebrá-lo-emos na serena certeza de que Cristo Ressuscitado é o Vivente, o Mestre, o Pastor e o Amigo, que “está conosco todos os dias” (Mt 28, 20), e nos fala e nos chama: “Eis que estou à porta e bato. Se alguém ouvir a minha voz e me abrir a porta, eu entrarei em casa dele (Apc 3, 20).

E à semelhança do que aconteceu naquela manhã em que o Senhor Ressuscitado se apresentou nas margens do lago de Tiberíades: falou amigavelmente com os seus discípulos e chamou novamente Pedro para O seguir (Jo 21, 4). O sugestivo trecho do Evangelho do Terceiro Domingo da Páscoa proporciona efetivamente o assunto para a Nossa afetuosa e amargurada mensagem, dirigida às almas nobres e generosas: uma mensagem de fé, de amor e de sacrifício.

Um primeiro fato nos impressiona neste Evangelho: depois da pesca prodigiosa “aquele discípulo que Jesus amava disse a Pedro: É o Senhor!”. E Pedro, logo que ouviu dizer que era o Senhor, “lançou-se” à água no lago, para ir ao encontro d’Ele (Jo 21, 4ss). À luz da fé, João reconhece o Senhor Ressuscitado; e com a força da fé, Pedro lança-se para a frente impetuosamente, para ir alcançá-lo. O Senhor premia aquela fé simples e generosa, dirigindo aos Apóstolos o convite amorável: “Vinde almoçar!” (Jo 21, 12). Notai bem a sua delicada oferta de amizade, de que aquele convite é um sinal humaníssimo. Nós queremos dizer-vos, com as palavras do recente Concílio: “A fé ilumina todas as coisas com uma luz nova e faz descobrir as intenções de Deus sobre a vocação integral do homem” (Constituição Pastoral **Gaudium et Spes**, n. 11).

Tendo recebido o COMUNICADO oficial de Roma, cumpre-nos informar que o XIV DIA MUNDIAL de orações pelas vocações, conforme as disposições do SANTO PADRE, neste ano, será celebrado no dia 24 de abril, **terceiro** domingo de Páscoa, pelo fato de coincidir com o 1º de maio o quarto domingo tradicionalmente consagrado às vocações.

As finalidades deste "DIA MUNDIAL" continuam sendo: um tempo de reflexão aprofundada sobre o tema da vocação e de fervorosa oração por **todas** as vocações de especial serviço ao Povo de Deus.

Diz também a CIRCULAR:

"A celebração do Dia não exige excessivo trabalho de organização. As Assembléias litúrgicas proporcionam a melhor ocasião para o anúncio da Palavra e para oração em comum dos fiéis reunidos juntamente com seus Pastores. Todavia, tendo como centro a celebração Eucarística, momento culminante do DIA, manifestou-se nestes últimos anos uma admirável floração de iniciativas. Episcopados e Pastores de Dioceses dirigiram mensagens às suas populações, Bispos, Sacerdotes, religiosos, religiosas, missionários e outras pessoas consagradas, multiplicaram os contatos com famílias, educadores e jovens. Subsídios importantes para oração e a catequese foram publicados e difundidos. Em particular as Mensagens do Santo Padre para o Dia receberam ampla participação. O DIA MUNDIAL constitui solene sinal visível de uma preocupação pastoral constante. Na verdade, trabalha-se e reza-se em toda a parte".

A CRB tem certeza disso também, mas gostaria que nos enviassem, logo após o dia 24, na 4ª semana de Páscoa, uma CIRCULAR nos comunicando: **1)** Como celebraram o DIA. **2)** O que fizeram em termos de PROVÍNCIA para prepará-lo. **3)** Quais as perspectivas futuras no campo vocacional.

Ir. Laura Maria Mousinho, NDS

Sim, toda a vocação verdadeira nasce da fé, vive na fé e persevera com a fé. Uma fé sentida e vivida quotidianamente, com simplicidade e generosidade de espírito, e em confiança e amizade com o Senhor. Ninguém, de fato, se põe a seguir um estranho; ninguém oferece a sua vida por um desconhecido. Se há uma crise de vocações, não haverá talvez, antes de mais nada, um crise de fé? Qual dever sagrado impende, pois, aos Pastores de almas, aos pais e aos educadores cristãos, de orientarem a juventude moderna para o conhecimento profundo de Cristo, para a fé n'Ele e para a amizade com Ele!

Depois, o Senhor exige de Pedro uma repetida profissão de amor: "Amas-me?" E "Amas-me tu mais do que estes?" (Jo 21, 15-17). Conheceis a resposta: "Sim, Senhor. Tu sabes que te amo". Toda a vocação é ato de amor, aliás de duplo amor, da parte do Senhor que chama e da parte daquele que responde. É muito gran-

de o dom de amor da parte de Deus, quando se trata de vocações especialmente consagradas ao serviço d'Ele e da sua Igreja: vocações para o presbiterado, para o diaconado, para a vida religiosa, para os Institutos Seculares e para a dedicação missionária. Tanto maior, por conseqüência, deve ser a capacidade de amar por parte de quem recebe um tal chamamento privilegiado e exigente.

Vós, os aspirantes ao presbiterado, haveis de ouvir um dia a exortação do Bispo ordenante: "Desempenhai, portanto, o múnus de Cristo Sacerdote com alegria perene em verdadeira caridade" ("Múnus ergo Christi Sacerdotis perenni gaudium in vera caritate explete". Pontificale Romanum, **De Ordinatione Presbyterorum**, n. 14). Vós, os aspirantes à profissão dos conselhos evangélicos, sabeis que tendes de "deixar tudo por amor de Cristo" (Decreto **Perfectae Caritatis**, n. 5). E vós, os aspirantes à vida missionária, conheceis bem o alcance do vosso compromisso: "Com caridade sincera, dar testemunho do Senhor, se for necessário, até à efusão do sangue" (Decreto **Ad Gentes divinitus**, n. 24). Por conseguinte, cultivai em vós o amor. Aprendei a amar mais o Senhor; a amar mais a sua Igreja, a amá-la "como Cristo a amou e se entregou a Si mesmo por ela" (Ef 5, 25), a amá-la no seu mistério inefável, na sua estrutura visível e na sua realidade histórica atual. Há talvez crise de amor, antes de existir uma crise de vocações. Recomendamos, pois, a vós, Pastores, pais e educadores: ajudai os jovens melhores, as almas mais generosas, a cultivarem o amor de Cristo e da sua Igreja.

O Evangelho, porém, reserva-nos ainda uma surpresa. O Senhor Ressuscitado não receia introduzir a inquietação na atmosfera alegre e amigável do seu encontro pascal e anuncia a Pedro um futuro de sacrifício e de martírio: "Um outro cingir-te-á e levar-te-á para onde não queres" (Jo 21,18). E depois renova a Pedro o seu chamamento: "Segue-me" (Jo 21,19).

Assim, Nós tampouco hesitamos em dizer-vos: a vocação também é sacrifício. Sacrifício logo a partir do tempo da primeira e séria atitude de procura, que já exige certas renúncias. Sacrifício, depois, no momento de tomar uma decisão consciente das conseqüências que disso derivam. Sacrifício, ainda, na longa caminhada da necessária preparação. Sacrifício, enfim, para o resto da vida, uma vez que a inteira existência não será outra coisa senão a atuação coerente de uma vocação, doada por Deus, sim, mas livre e intimamente aceita e vivida. A crise de vocações esconderá, porventura, o medo de um tal sacrifício? Pastores, pais e educadores: procurai aplicar-vos também em orientar os jovens a outras almas generosas no sentido de uma aceitação livre e alegre do sacrifício.

A nossa reflexão sobre o Evangelho, agora, há-de tornar-se oração.

Oremos, com as palavras dos Apóstolos, para que o Senhor "aumente a fé" (Lc 17,5) nas nossas comunidades cristãs e, de modo particular, naqueles que Ele quis ou queira chamar para o seu serviço.

Oremos, com as palavras do Apóstolo São Paulo, para que a "caridade de Cristo" (2 Cor 5,14) desperte o chamamento de Cristo em muitos e ótimos jovens e noutras almas nobres e generosas, impulsione os hesitantes para a decisão e conserve na perseverança aqueles que já fizeram a própria escolha.

Oremos, ainda, para que todos sejam fortes e prontos, à semelhança de Cristo sofredor, para fazerem, não a própria, mas sim a vontade do Pai (Lc 22,42), quando Ele quiser ou permitir que venha juntar-se o peso do sofrimento ao dom exaltante do seu chamamento. Que em todos os momentos os conforte a alegria pascal de Cristo Ressuscitado.

Ao dirigir este Nosso convite já costumado à oração, Nós alimentamos uma confiança imensa em que toda a comunidade eclesial há de saber compartilhar a Nossa ansiedade apostólica e aproveitar a ocasião propícia para uma reflexão decidida e aprofundada sobre o valor, o significado e a necessidade das Vocações na Igreja e para a Igreja. Nenhum fiel há de sentir-se alheio a este problema; mas, pelo contrário, interrogue-se cada um a si próprio e meça as próprias responsabilidades. E a fim de que o Senhor corresponda aos Nossos votos e de todo o Povo de Deus, com efusão de coração outorgamos a propiciadora Bênção Apostólica.

Vaticano, 30 de dezembro de 1976

PAULUS PP. VI

ENTREVISTA

MEU TRABALHO NA CRB UM TEMPO DE GRAÇA

Pe. Marcos de Lima, SDB
entrevistou
para Convergência

Frei Constâncio Nogara, OFM
Bragança Paulista, SP

O senhor trabalhou na Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) durante sete anos. Poderia indicar o que significou para o senhor este trabalho na CRB?

Ter trabalhado durante 7 (sete) anos, como secretário nacional da CRB, representou para mim uma excepcional oportunidade na vida, seja pelas alegrias e riquezas seja pelos sofrimentos e decepções que se apresentaram. Tudo somado, foi um tempo de graça.

Ao começar o trabalho, em 1969, na CRB, pouca coisa conhecia do Brasil. Conhecia pouco e mal o sul. As inúmeras viagens por todos os quadrantes, me puseram em contato com a realidade social, com os que têm em excesso e os que não têm o suficiente para sobreviver. Fui obrigado a tomar conhecimento da situação política e econômica. Por

ser a vida religiosa um serviço ao povo de Deus, procurei conhecer este povo, nas suas frustrações e esperanças. Comecei a descobrir que existe um grande Brasil com a mesma língua, traços de cultura comuns, valores religiosos, que nos foram legados pelos antepassados e válidos sempre. Mas existe outra face da realidade: os múltiplos brasis, seja pelas diferenças geográficas, sócio-políticas e econômicas, seja pelas diferenças sob o aspecto religioso: modos peculiares de viver o cristianismo, com reflexos nítidos sobre a ação pastoral dos bispos, padres e religiosos que vivem nestas áreas.

Não conhecia a Igreja no Brasil. Não tinha consciência de minha ignorância. Paulatinamente, através de encontros com bispos, padres e outros líderes religiosos, pela participação em assembleias, cursos ou viagens, fui descobrindo o extraordinário

rio dinamismo da Igreja Católica, sua crescente tomada de consciência como portadora da mensagem de Jesus Cristo para a salvação do homem total na situação concreta em que vivemos. Acompanhei a crescente consciência de comunhão entre os bispos: problema de ordem mais pessoal e local eram deixados de lado, para pensar como uma Igreja no Brasil, buscando soluções para as grandes prioridades de evangelização integral do homem. Isso foi motivo de alegria. Estou seguro de que hoje, a Igreja no Brasil figura entre as comunidades mais dinâmicas e fraternas face a outros países.

O que mais me impressionou durante os vários anos que passei na CRB, foi a descoberta do trabalho dos religiosos. Não me fazia idéia de quantos eram, do que faziam, de onde trabalhavam, do que sofriam, e sobretudo que, sem a presença da vida religiosa no Brasil, não teria existido Igreja, e esta, ainda hoje, sem o apoio deles espalhados por todos os recantos, não poderia exercer a maioria das atividades que desenvolve.

Claro está que não vi apenas aspectos positivos nos religiosos. Mas as falhas devemos debitá-las à estultície humana, presente em todas as idades e trabalhos.

Por natureza sou comunicativo. Gosto de conviver com pessoas, de ouvir e falar. A oportunidade não podia ser melhor. Participar de um imenso concerto de comunicação de descobertas, de riquezas, de tentativas, de decepções, de frustrações, de esperanças, de atitudes e gestos

heróicos, era de molde a impressionar qualquer pessoa. A coisa mais linda na vida é ver algo desabrochar, buscar a plenitude. Creio que entre os seres humanos, um dos aspectos mais fundamentais é a comunicação, sem a qual permaneceríamos flores fenecidas, antes de se abrirem. Ver então como dioceses, congregações inteiras, superiores ou cristãos do dia a dia, punham à disposição dos irmãos todos os dons recebidos, as iniciativas bem sucedidas e os fracassos, sem pretensões de megalomanias, eram gestos suscitados pelo Espírito, para fortalecer a fé e dignificar as pessoas. Ser espectador ou participante de um tal processo é uma graça.

Nunca transmitimos ou recebemos algum dom, se não preexistir uma atitude de pobreza ou de conversão permanente. Ter consciência de estar recebendo, é ter consciência de estar necessitando. Um autêntico trabalho de coordenação exige uma atitude evangélica fundamental: a conversão. Precisamos estar sempre prontos a desfazer-nos de pré-juízos, de planos pré-fabricados, de soluções de bolso de colete, para estarmos atentos às moções do Espírito de Deus, em qualquer uma das pessoas do grupo. O idoso S. Bento escutava atentamente os jovens, porque destes não raro vinham as melhores sugestões, e não dos Abades. Buscar ou suscitar colaboração pressupõe conversão, pôr de lado as mesquinhas de um egoísmo auto-suficiente. Um bom coordenador só é bom se estiver disposto a perder o cargo, a desaparecer sem lamúrias, se outra pessoa mais competente aparecer, se o bem da comu-

nidade o exigir. É a única atitude de alguém que busca não a projeção pessoal ou dominação de 'súditos', mas deseja antes de tudo servir em conformidade com o Evangelho. Nesse sentido, a CRB representou uma excelente escola de conversão. A todos os que me ajudaram, sou-lhes agradecido.

Ao lado das alegrias, aprendi mais intensamente a servir e ter paciência. Nos primeiros tempos esperava transformações mais rápidas, uma 'renovação' mais pronta; e aos poucos fui constatando que 'uns semeiam, outros colhem'; a força não vem de nós, mas do Pai, e Ele não tem a pressa do homem; comprovei a veracidade da palavra do Evangelho: depois de fazer tudo o que devia fazer, ter consciência de ser um

servo inútil e dispensável. É o Senhor quem fala, e provavelmente ele tem razão. Esta filosofia de vida, nunca me tirou a alegria de servir, e amenizou as decepções.

Outro aspecto que muito apreciei na CRB foi a equipe com a qual convivi. As três diretorias Nacionais com as quais trabalhei sempre me honraram com especial estima e confiança. Pelo bem que me fizeram, sou-lhes reconhecido. Igualmente a Equipe do Secretariado Executivo, com a qual convivia mais permanentemente, apesar das diferenças e dificuldades passageiras, foi um apoio fraterno e incentivo na fé. Gostaria de lembrar igualmente o grupo de funcionários leigos cuja estima e dedicação ao trabalho me serviram sempre de crítica e incentivo.

O senhor se lembra, com facilidade, dos numerosos cursos, de âmbito nacional e regional, que a CRB promoveu (e continua promovendo) e nos quais sua participação foi constante. Quais lhe parece terem sido de maior alcance?

Quero antes do mais, fazer uma breve referência ao conjunto dos trabalhos da CRB. Esta se propõe a promoção da vida religiosa. Precisamente depois do Vaticano II vivemos um período de definição teológica de vida religiosa. Por não estarem os traços teológicos suficientemente definidos, as iniciativas práticas refletiam esta busca, também na CRB. Isso é normal e revela o processo da própria vida, em confronto com a realidade. Antes de

69, a CRB, além de promover a vida religiosa, dispendia grande parte de suas energias, em prestação de serviços materiais, como vendas de artigos de escritório e eletrodomésticos.

A partir desta data houve uma demarcação nítida entre as atribuições do setor comercial (unicamente meio) e o setor de promoção de vida religiosa, objetivo, fim da organização. Este ponto ocupava ante-

riormente um Departamento, entre os muitos existentes. A crise econômico-financeira de 1970 veio comprovar a necessidade absoluta de separação de áreas, não dissociação. Dentro desta política, a CRB procurou moldar seus programas, buscando defini-los sempre melhor, em função do objetivo. Hoje, ao analisarmos as realizações levadas a termo, não podemos divorciá-las do momento histórico de então.

Ao chegar à CRB, existia a tradição de um encontro de Formadores por ano. Normalmente com duração de um mês, em forma de preleções e trabalho em grupos, orientados por uma pessoa de maior experiência. Julgamos esta iniciativa digna não apenas de ser continuada, mas incentivada e talvez remodelada. Havia necessidade para tanto. O campo da formação fora o mais atingido, com as novas correntes teológicas e movimentos pastorais, oriundos do Vaticano II. A isso acrescentaram-se os diferentes tipos de crises: poucos candidatos à vida religiosa; os jovens que estavam nos internatos, desistiam em grande número; elevados percentuais de religiosos deixavam os conventos. Onde estava a culpa? Entre as muitas causas devia estar a formação. Não podíamos continuar com velhas estruturas rígidas, casas impenetráveis para os não iniciados, um tipo de teologia eclesial e de vida religiosa anterior ao Concílio, pois tudo contrastava frontalmente com a juventude que batia às nossas portas, proveniente de um mundo secular e profano, em acelerada transformação. Se a vida religiosa era portadora de valores evangélicos, devia encontrar

um caminho para chegar aos jovens de hoje. Não era o Evangelho que devia mudar, e sim as estruturas e algumas escalas de valores que encapsulavam a vida religiosa. Esta tarefa primordial pertencia aos formadores.

Consciente desta urgência a CRB promoveu numerosos cursos encontros nacionais, dentro porém de uma nova metodologia. Basicamente fazia-se uma análise da realidade brasileira; sobre os fatos daí emergentes, uma leitura a partir da fé, das reações dos jovens formandos, para então traçar alguns caminhos de ação prática. A beleza deste trabalho consistia na heterogeneidade do grupo: religiosas, religiosos, diferentes congregações femininas e masculinas, cada qual com suas experiências e fracassos, todos, fraternalmente, colocando em comum, num processo de discernimento. Cremos ter sido uma das melhores iniciativas da CRB, seja pela profunda influência que o trabalho exerceu nas respectivas congregações, seja pelo espírito eclesial que suscitou entre as novas gerações.

Outra iniciativa que julgo de grande alcance foram os encontros anuais das Madres Gerais brasileiras. Existem no Brasil mais de 70 congregações nativas. Algumas com bases sólidas e um futuro promissor; a grande maioria, no entanto, em situação crítica, seja pelo reduzido número de membros, seja pelo nível de formação cultural, seja pela descaracterização carismática com que nasceram, levando-as a descaminhos e percalços quase insuperáveis. Várias destas famílias religiosas prestariam talvez melhor serviço aos seus mem-

bro e à Igreja, se cumprissem a sugestão do Vaticano II de se unirem entre si, ou se integrarem a outra congregação mais pujante.

Diante deste fato, a CRB quis prestar um serviço, no que estivesse ao seu alcance. Os primeiros encontros tiveram de vencer muitas resistências, provenientes das fontes mais diversas, sobretudo das próprias superiores, não habituadas a partilhar positivos e negativos da própria vida religiosa. As barreiras foram caindo, os resultados aparecendo. Estas famílias religiosas tomavam consciência da contribuição insubstituível que deviam prestar a Igreja no Brasil, ou seja, criar uma vida religiosa que trouxesse características daqui, e que não fosse uma caricatura de outras modalidades. Hoje ninguém mais duvida do valor deste trabalho com as Congregações autóctones. Sobretudo elas e a CRB.

Outra iniciativa que julgo da maior importância são as assembleias regionais e nacionais. Apesar de não terem características de cursos, pelo seu alcance têm um amplo raio de influência.

Quero por ora referir-me apenas às assembleias regionais. Estas podem ser encontros de superiores em sentido amplo, pois se fazem presentes representantes das congregações existentes na região, quando não de todas as comunidades. É um encontro especial, de confronto e soma de esforços, experiências, projetos e comunhão mais direta com a igreja local. Essas assembleias são indispensáveis, face às enormes diferenças entre uma região e outra. Os religiosos são os mais nu-

merosos agentes da pastoral. Nas assembleias podem então analisar de modo detalhado a qualidade de sua presença.

Entre todos os trabalhos realizados pela CRB, de 69 — 76, o de maior envergadura afigura-se-me o CETESP — CENTRO TEOLÓGICO DE ESTUDOS E ESPIRITUALIDADE. Além das características positivas do encontro de formadores, apresenta uma série de vantagens em vez de 15 dias, são 4 meses; assessoria de uma equipe de teólogos, elaboração de monografia, experiência comunitária de oração, revisão de vida, partilha diária e um contato mais longo entre os participantes. Pela experiência dos vários cursos realizados, o CETESP constitui-se num momento privilegiado para o religioso ou religiosa que participa, dando-lhe um revigoração vocacional, intelectual e humano. É um tipo de curso para o qual a maioria das congregações sediadas no Brasil tem condições de enviar representantes, por não ser excessivamente caro e prolongado.

Além do conhecimento da vida religiosa no Brasil, o senhor conhece a vida religiosa em nosso Continente como Vice-Presidente que foi da Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR). Examinando panoramicamente as Congregações na América Latina, poderia indicar três prioridades de máxima urgência para elas?

Durante seis anos tive oportunidade de trabalhar na CLAR, Confederação Latino-Americana de Reli-

giosos, com a chance de visitar todos os países latino-americanos, entrar em contato com centenas de congregações, ver e ouvir relatórios da situação da vida religiosa em cada país, bem como os impasses e perspectivas que foram e estão sendo tentados em cada um deles, em nível nacional e congregacional. Destacarei três características mais globalizadoras.

a) Reencontro com o carisma congregacional. O Vaticano II descobriu bom número de congregações sem rumo na vida.

Ao recomendar que cada uma volte às fontes, aos fundadores para aprender deles a verdadeira atitude de disponibilidade ao Espírito e à Igreja, não poucas encontraram dificuldades, tamanha era a distância que as separava das origens. A maioria conseguiu situar-se, apesar do grande esforço, introduzindo mudanças radicais comunitárias e individuais. Outras, como vinham fazendo estudos a mais tempo, a adaptação seguiu com relativa facilidade. Um número não desprezível, por carência de valores evangélicos nem conseguiu definir exatamente os objetivos, diante das profundas mudanças do mundo, do homem e da Igreja. Foram normalmente congregações nascidas em torno de uma determinada devoção ou trabalho. A situação tornou-se mais dramática quando nas origens houve carência de valores evangélicos, em favor de valores culturais locais ou do tempo.

Nas congregações femininas, onde o fenômeno foi mais generaliza-

do, acrescentou-se outro aspecto não menos grave: a masculinização da vida religiosa feminina e a heterogeneidade de orientações. Em cada retiro, encontro, confissão, conselho, era outro sacerdote. Sendo a formação teológica deficiente, cada um caminhava, conforme o vento soprasse.

Esta situação parece-me ter sido uma das mais graves, não estando ainda resolvida satisfatoriamente. Frutos dessas situações foram grupos separatistas (não raro com apoio de autoridades) ou o paulatino desaparecimento da comunidade. Dá pena ver religiosos sem saber o que são na vida. Se tiverem o discernimento de se firmarem no Evangelho, a solução principal foi encontrada.

b) Assumir a realidade. Com isso não queremos dizer que nossos antepassados viveram na lua, que não trabalharam. Talvez tenham feito mais do que os religiosos hoje. Trata-se de um ponto de partida diferente. O religioso nos dias de ontem recebia a fórmula de ser perfeito através dos junioratos, seminários e noviciados. O trabalho do candidato era aplicar a fórmula, em qualquer situação ou tempo, e o efeito seria sempre bom. Havia igualmente uma concepção do mundo, do trabalho e do homem nem sempre de acordo com o plano bíblico. Tal modo de encarar a vida provocou um disfarçado classismo, uma vida centrada em torno de obras próprias, dissociadas da Igreja local, e comumente comandadas a longa distância pelos superiores.

Quando nós hoje falamos em **assumir a realidade**, queremos dizer: religioso é, em primeiro lugar, um homem ou uma mulher, sem o que corre um gravíssimo perigo de despersonalização. Deve ser um homem evangélico, ou seja, integrado na realidade em que vive, participando das alegrias, angústias e dores de seus irmãos, de sua fome e sede, procurando ajudá-los. Em todo o seu viver deve existir o testemunho do exemplo de Jesus Cristo, que viveu como judeu, num país judeu, com todas as riquezas e limitações culturais de então. Um religioso latino-americano não fará outra coisa. A formação de um tal religioso, em sendo evangélica, precisa buscar novos pontos de referência dentro da realidade mundo.

Contrariamente, seremos sinal de nada, ou pior, seremos sinal de desprezo de Jesus Cristo. O trabalho que realizamos é realmente o mais necessário aos irmãos a quem queremos servir, ou satisfaz necessidades internas, dissociadas da comunidade? Dentro da América Latina, nossa presença deverá diferenciar-se da alienação e absentismo, tentando descobrir e assumir os complexos problemas que envolvem a vida da maioria da população.

c) Decorrente do aspecto anterior, acrescentaria um terceiro, muito discutido e estudado na CRB, **a vida religiosa precisa formar um todo com a Igreja local**. Em outras épocas, não existiam planos conjuntos de pastoral. Por isso se desculpam os comportamentos havidos. Depois do Concílio, não raras são as dioceses

que ainda não ouviram falar de pastoral de conjunto. Precisamente nestes casos caberia aos religiosos suscitar um tal trabalho. Integração na Igreja local não significa entrar num processo repetitivo, ou todos fazerem tudo, ou todos fazerem a mesma coisa. Qualquer trabalho pode se integrar no pastoral de conjunto. Se por acaso não formos necessários num determinado lugar, mudemo-nos para outro. Integrar-se significa sermos profetas, ou seja, críticos diante das iniciativas pastorais existentes. O bispo tem o carisma da comunhão: toca a nós trabalharmos, por todos os meios, para que esta comunhão se realize, através de um discernimento constante e de uma criatividade ousada. Assim estaremos dando uma contribuição específica à Igreja, e nunca seremos água morta.

Em julho deste ano realiza-se a XI Assembléia Geral Ordinária Eletiva da CRB. Com sua experiência na preparação remota e próxima e sua vivência na realização de duas destas Assembléias Gerais, o que o senhor diria aos Superiores e às Superiores Maiores que participarão desta próxima Assembléia Geral?

Dizer uma palavra a superiores é sempre difícil, apesar de este tipo de pessoas ser hoje muito diferente do que no passado. Hoje cada superior tem consciência de ser um servidor, um companheiro espiritual, um irmão de seus irmãos. Normalmente não manda, pede; não manda fazer, pergunta se pode fazer; não condena, questiona-se pela causa do descaminho do irmão; não se

imagina privilegiado, mas servo; não se julga dono, mas canalizador da verdade, discernida em comunidade; não investiga os pecados do próximo, mas tenta descobrir-lhe as virtudes. É sobretudo uma pessoa que reza pelos seus súditos.

Essa é a imagem que faço do superior. Sendo isso verdade, poderemos entender a importância de uma assembleia geral, cujos participantes são eles. No Brasil existem mais de 700 superiores maiores, representando cerca de 50.000 religiosos. Vivem em todos os recantos, desde as florestas do norte, até às megalópoles do centro-sul. Cada um representa uma realidade distinta, por vezes opostas à do outro. Um não pode julgar a realidade do outro. E todavia, pertencem todos a uma única Igreja no Brasil, da qual são, por força das circunstâncias, as colunas de sustentação. Gostaria para tanto sublinhar alguns aspectos que me parecem importantes, para que um superior participe de uma Assembleia Geral, e particularmente da próxima.

O superior não pode marginalizar-se. Nem dentro de sua congregação, nem em referência aos outros superiores. Ele é parte de um todo. Só desempenhará sua função a contento, se buscar conselho e estímulo junto a colegas. Não participar de encontros, cursos, reuniões, onde são tratados problemas específicos, é fadarse ao fracasso no desempenho da missão assumida. Querer pontificar, a partir do ponto de vista pessoal exclusivo, é não ser digno do cargo. Existe grande facilidade de encontros e cursos para qualquer

religioso. Se o superior não busca informações, não se atualiza, dentro em breve estará impossibilitado de acompanhar com sabedoria e prudência os problemas que os súditos lhe trazem. Uma oportunidade ímpar para fugir da fossilização e do ensimesmamento é a Assembleia Geral, onde vamos ouvir e ver pareceres iguais, semelhantes ou totalmente diversos dos nossos, e no entanto, dignos de serem respeitados, por serem evangélicos.

Uma assembleia é comunhão de idéias, de esforços, de buscas; é tão bom sentir-se apoiado no bem que fazemos. Numa assembleia vamos perceber que as diferenças de trabalhos, de cor, de idade, de riquezas, de cultura, não impedem de nos sentir irmanizados no mesmo ideal e objetivos. Uma decepção violenta que se abata sobre a comunidade local pode provocar um desmoronamento irreparável; mas se abirmos os olhos, descobriremos que irmãos nossos diante de coisas piores, resistiram e venceram. Um tal exemplo pode nos ajudar.

Neste sentido a assembleia se constitui numa rica partilha entre todos. Qual o superior que não tem algo alegre ou triste para manifestar? E quem mais preparado para entendê-lo senão outro colega de 'infortúnio'? Nós religiosos nos definimos dentro da Igreja, primeiramente como portadores de um carisma, de um dom que o Senhor Deus nos concedeu em benefício do próximo. Além disso o superior participa do carisma da comunhão que é dado a quem coordena uma comunidade. Deveríamos sentir-nos felizes, em poder partilhar, pois estamos valo-

rizando o dom Deus depositado em nossa vida. Quem se recusa a partilhar de uma assembléia, dificilmente partilhará da vida de sua própria comunidade.

Participar é questão de responsabilidade. Diante da congregação. Quem não busca uma constante atualização, rapidamente se sentirá defasado, e passará a não compreender os acontecimentos com os jovens formandos. A congregação tem direito de ter um superior atualizado e seguro, em meio as múltiplas inseguranças da vida moderna. Diante da Igreja. Vida religiosa acontece quando nos reunimos, e formamos comunhão. A comunidade representa para a vida religiosa uma das características básicas. O modo de expressarmos Igreja, como superiores religiosos, é precisamente através de um encontro de todos, ou seja, a Assembléia. Se faltar essa característica de responsabilidade eclesial, algo de básico está destruindo na vida religiosa.

Paira no ar uma interrogação de expectativa quanto ao dia de amanhã. Sempre mais sentimos que sozinhos não resolveremos os problemas, e nem sequer levaremos a bom termo os trabalhos iniciados. Diante desta perspectiva precisamos nos dar as mãos; viajamos no mesmo barco. Precisamos chegar juntos ao porto. Estamos passando por um túnel escuro: uma única luz na frente, do grupo nos indica o caminho. Precisamos nos dar as mãos, para não perdermos o rumo se isto ocorrer, a mão que nos segura, guiar-nos-á. Uma última palavra: **a vida religiosa no Brasil é olhada por ou-**

tros países com muita atenção. Existem aqui muitas coisas boas e belas. Somos no entanto olhados como um todo, cujo reflexo de comunhão, de unidade, de corresponsabilidade, vai transparecer de modo ímpar na XI Assembléia Geral.

Em julho de 1976, o senhor deixou o cargo de Secretário Executivo Nacional da CRB e passou a integrar uma equipe de sua Ordem que dirige um conjunto de Escolas Superiores. Como vê a função de educador e professor na Vida Religiosa e na Igreja Hoje?

Falar da importância do religioso educador, no Brasil, é correr o risco de dizer o óbvio. Nos 10 anos que trabalhei em coordenação de cursos de renovação e na CRB, sempre defendi a vocação do religioso educador, particularmente aqui no Brasil, onde temos uma situação muito diversa dos países europeus. Lembro-me com tristeza dos anos passados, em que comunidades inteiras de religiosas foram tomadas de 'febre de abandono de colégios', para fazerem 'pastoral' nos morros, nas paróquias, no sertão, até entre os índios. Não critico as boas intenções. Merecem até louvor. Mas critico, sim, a pressa intempestiva das mudanças, a improvisação e o vazão teológico que motivou estas mudanças bruscas. Pessoas que tinham tudo para fazer um extraordinário apostolado entre camadas sociais, hoje abandonadas, e que preferiram aventurismos apostólicos para os quais não estavam preparadas. Estou convencido que um dos maiores

apostolados que possamos exercer, hoje ainda, é através da educação. Um colégio bem conduzido pode fazer mais para o reino do Senhor que uma paróquia bem conduzida. Em termos de estrutura para ação pastoral o colégio é superior à paróquia.

Comigo aconteceu o contrário. Nunca havia trabalhado diretamente no campo educacional, como profissional. De uma hora para outra vi-me neste meio. Tentei errar o menos possível. E creio não ter errado o caminho.

Como qualquer estrutura, a escola poderá se acomodar e educar para o egoísmo e classismo. Creio no entanto que o religioso educador tem em mãos uma grande chance de influir na formação dos jovens, como nenhum outro agente de influência. Não se trata de transformar a escola numa sacristia, mas transmitir uma mensagem de vida, um conjunto de valores cristãos, seja pelo comportamento dos diretores, seja pela criteriosa escolha dos professores.

Hoje o moço contesta tudo, apenas aceita a competência profissional do mestre. Ora, se este for um cristão autêntico, a mensagem que ele deixa, em qualquer tipo de aula, é algo insubstituível na vida do jovem. E são horas diárias, durante anos seguidos. Ousaria dizer que os religiosos mais competentes e preparados, deveriam se dedicar à educação, como o melhor campo de pastoral, aceitando com discernimento e espírito crítico os desafios que a estrutura educacional nos apresenta. E sem lamúrias e sem fugas.

Ouve-se dizer, com freqüência, que a Vida religiosa do Brasil é dependente da vida religiosa da Europa, sobretudo que é condicionada pelos centros de decisão de lá. Como vê esta afirmação?

É uma verdade de todos conhecida, que das 444 congregações existentes no Brasil, apenas 75 nasceram aqui. Isso significa que a maioria absoluta tem o centro de decisão fora do país. Durante e após imediatamente o Vaticano II, esta realidade provocou espécie, por representar um momento de transição. Havíamos vivido numa situação de centralismo rígido, onde provinciais, superiores locais, tipos de obras, tipos de comportamento sociais, eram regidos à distância. Com as mudanças ocorridas, no mundo ambiente, na Igreja e na vida religiosa, os valores liberdade, responsabilidade, pastoral de conjunto, Igreja local, encarnação na realidade se assentaram nos primeiros lugares. Não havia como fechar os olhos diante do óbvio. Ou a vida religiosa mudava alguns hábitos de governo, algumas estruturas emperadas e obsoletas, ou os junioratos e noviciados continuariam a se esvaziar de vez. Os Capítulos Gerais e provinciais dos anos 65-70 levaram a sério estas advertências. Como vemos a situação hoje?

Aceito que esteja bastante boa. Faria no entanto algumas distinções. **Universalidade de uma congregação.** Não é um mal, muito pelo contrário. Que o superior geral esteja num país e haja comunidade em dezenas de outros, pode ser uma ri-

queza incalculável, conquanto não se queira impor a todos os mesmos esquemas culturais, que não têm nada a ver com Evangelho ou carisma. Intercâmbio internacional numa família religiosa é um bem a ser almejado, além de ser uma preocupação missionária louvável.

Desaparecem sempre mais a sujeição, para permanecer uma sã dependência, tendo como centro de comunhão o superior geral. Permanecerá sempre uma sã vigilância, sem descambar para a dominação. A criatividade em cada país, em

cada região, é algo sagrado, para o bem da Igreja e da pujança do respectivo carisma. Admitir as diferenças favorecerá a comunhão; seria um desastre conduzir os diversos grupos à uniformidade.

No Brasil e na América Latina as comunidades, no seu todo, gozam de bastante liberdade para sua ação. Basta dizer que cresce, dia a dia, o número de superiores, superiores e conselheiras gerais, provenientes de nosso continente. Uma demonstração inequívoca do vigor da vida religiosa entre nós. A exceções tendem ao desaparecimento.

ESPAÇO DO REDATOR

I

LANÇAMENTO NOVO

TENDÊNCIAS PROFÉTICAS DA VIDA RELIGIOSA NA AMÉRICA LATINA. Equipe de Teólogos da CLAR. Edição CLAR/CRB. Ano 1977. Páginas 84. Preço unitário: Cr\$ 15,00.

A Vida Religiosa na América Latina encontra-se diante de um desafio extraordinariamente inesperado e fecundo. A situação de pobreza da maioria da população, o grande contingente de juventude, a sede de Deus, expressa pelos movimentos religiosos carismáticos, a sobrevivência da fé e da religiosidade popular, a manutenção de estruturas injustas, as políticas desenvolvimentistas e os governos autoritários são, para os religiosos, um apelo, uma interpelação de Deus.

O livro não canoniza tudo o que se fez e se continua fazendo. Creio que seria triunfalismo ou, talvez melhor, ingenuidade. Mas tem a coragem de afirmar que o conjunto

dos esforços, visto objetivamente, permite descobrir uma convergência de direção que é profética ou, pelo menos, faz suspeitar fortemente que possa ser profética.

O que **Tendências Proféticas** quer registrar? Resposta simples: As tentativas que a Vida Religiosa está fazendo para responder adequadamente ao desafio que lhe apresenta a realidade na qual está imersa, especialmente pelo impacto da situação em que vivem as nações do continente. O fato é a tal ponto notório e adquire matizes de novidade que exige uma explicação coerente, ampla e profunda.

É nos momentos críticos da história que se torna mais indispensável a voz dos profetas que:

- ◆ denuncie e anuncie;
- ◆ chame à reflexão;
- ◆ não permita acomodação;
- ◆ ilumine a vida com o reflexo do passado e a antecipação do futuro.

Religiosos e Religiosas, não deixem de ler este novo lançamento da CLAR/CRB. Você encontrará o

de que discordar. Tente, então, comprovar a propriedade de sua posição. É melhor a crítica do amigo que o aplauso do oportunista. Os homens — e nós Religiosos não somos exceção — se aperfeiçoam quando, limados pela convivência pluralista de pessoas e idéias, sabem viver no atrito de opiniões divergentes.

Só marca a história das pessoas, das instituições e dos países, uma idéia nova ou, ao menos, um novo estado de espírito. Este livro quer sublinhar esta idéia nova, este novo estado de espírito dos Religiosos e das Congregações. A coisa mais linda da vida é ver algo desabrochar, buscar a plenitude. Devagar, é lógico. É obra de Deus. E Deus não tem a pressa do homem. Leia **Tendências Proféticas** e se capacite a participar desta nova Vida Religiosa que começa a desabrochar um pouco fora do tradicional. Uma sociedade arraigada ao formal está submetida a perigos de que nem suspeita.

PEDIDOS. Dirija-se à CRB Nacional (pedidos acima de 5 exemplares). Ou à sua Regional da CRB.

2

SERVIÇO ANTIGO

A **Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)**, sociedade civil, filantrópica, de Utilidade Pública Federal, de âmbito nacional, com fi-

liais em 16 Estados da Federação, mantém, desde 1958, um **SERVIÇO DE PROCURADORIA** que:

- ◆ Assessora
- ◆ a preparação de documentos;
- ◆ sugere as datas oportunas;
- ◆ protocola o processo em Brasília ou no Rio de Janeiro;
- ◆ informa sobre exigências;
- ◆ acompanha a tramitação até o deferimento do processo.

Este SERVIÇO lhe pode atender com presteza em: 1. Liberação de verbas federais. 2. Registro no CNSS. 3. Certificado de Fins Filantrópicos. 4. Decreto de Utilidade Pública Federal. 5. Registro de Diplomas. 6. Outros serviços: consulte-nos.

Em **CONVERGÊNCIA**, nº 100, março/77, páginas 76-77, Você leu que o objetivo estatutário da CRB é a “animação, promoção e coordenação da vida religiosa no Brasil”. A consecução desta meta tem sido a sua constante razão de ser e de agir.

Ao manter, porém, e aprimorar este **Serviço de Procuradoria** colocando-o à disposição de cada Congregação ou Província, como um todo, e das suas respectivas obras, individualmente, a CRB fez uma opção consciente avaliando o quanto isto representa em termos de liberação, para a ação pastoral, de inúmeros religiosos. Cremos poder garantir um serviço de qualidade, fruto de estudos, experiência, observação, contato e vontade de aperfeiçoar para servir sempre melhor. Na união todas as vantagens.

O VOTO DE POBREZA. UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, S.J.
Presidente Nacional da CRB

A História da Salvação nos revela a iniciativa de Deus que escolhe e vocaciona Abraão, como pessoa. Nele deposita a esperança da promessa. Abraão responde com a FÉ, certeza inexplicável mas inconcussa, no poder de Deus para realizar o que anuncia. O mesmo Deus, espontaneamente, elege o povo de Israel, posteridade de Abraão. Dele faz o seu povo, objeto de seu amor. Com Abraão e com o Povo, Javé sela a Aliança, eixo central de toda História da Salvação. Mas tudo isto permanece miragem pálida da grande iniciativa de Deus que se concretiza em Jesus Cristo.

Deus, amor e comunhão, proporciona-se ao homem em Jesus Cristo. Torna inteligível e acessível nele o amor que o homem não conseguira ler nas inúmeras figuras e teofanias

de tantos séculos de pedagogia divina. Jesus, Deus feito Homem, é enviado ao homem para o homem. O mistério da Encarnação só se explica em termos de Missão, como só pela missão se entende na Escritura toda forma de vocação. Não só. Seja antes, seja depois de Jesus Cristo, toda vocação não se compreende, sem referência à missão do próprio Cristo.

Cada um de nós, religiosos, é também chamado hoje pelo Senhor, para atuar no nosso presente a História da Salvação. Conosco Deus faz a Sua Aliança. Ele nos assume, na totalidade do que somos. Nós lhe respondemos pela totalidade do que somos. Diante da Igreja e dos homens, explicitamos de público esta Aliança e é isto, praticamente, a

profissão pública e a coerência com ela, que nos identifica como vocacionados assim entre tantos homens chamados de outros modos.

Uma forte corrente espiritual centrou esta vocação na **imitação** de Jesus Cristo. Enfoque mais histórico e mais sinótico, que apesar de seus valores, nos confrontava com um Cristo do passado, figura de outros tempos de muitos modos concretamente inimitável. Tão rica talvez e certamente mais consentânea com a índole menos repetitiva e mais dinâmica e criativa de nossos dias, uma outra tradição espiritual igualmente antiga, de cunho paulino e joaneico, se nos apresenta muito fecunda: o **seguimento** de Jesus Cristo, a "sequela Christi". Seguir Jesus Cristo não é repetir e imitar o que Ele fez. É reassumir sua presença entre os homens. É seguir em novos tempos os passos que Ele deu em outros tempos, numa constante e exigente epifania que não termina. É Deus, em Jesus Cristo, que se deve manifestar através de nós de modo que os homens entendam que Deus É e só ELE realmente É, numa inesgotável capacidade de ser para sempre.

A Encarnação do Verbo feito Homem em Jesus Cristo é uma opção radical pela pobreza no ser. Ninguém a expressou com mais concisão e densidade do que São Paulo — carta aos Filipenses (Flp 2,6-8). Mas não deixa de ser impressionante ver a coerência de Jesus, ao longo de sua vida e face ao Pai, com esta opção existencial, através da qual precisamente se manifesta a característica do amor gratuito de Deus pelo homem.

No entanto, a esta pobreza radical do ser, pelo fato de que Deus se faz homem, acresce a dimensão misteriosa e significativa de que Ele arma a sua tenda entre os homens pobres, materialmente pobres e constantemente enaltece a condição potencial que eles têm de entrar no Reino dos Céus, pelo simples fato de serem pobres.

Esta dupla vertente pela qual se manifesta em Jesus Cristo a preferência decidida pela pobreza não pode não estar presente na opção e na vida daqueles que são vocacionados a seguir o Cristo. A **pobreza do ser** é o esvaziamento do poder e do prestígio, esta forma de riqueza à qual tendem os homens todos instintivamente. A **pobreza do ter** é sobretudo a consciente afirmação vivida da precariedade das cousas e de quanto são elas impotentes para alicerçar a felicidade a que todo homem aspira. Ambas, que são no Cristo afirmação de Sua liberdade, querem criar em nós a **LIBERDADE** total com relação a tudo o que não é Deus, os homens e as cousas, os bens espirituais e materiais. Porque a pobreza não está propriamente em não ter, mas em ser **LIVRE** para ser e não ter. Seguir Jesus Cristo é professar liberdade, é tentar ser livre. E este é um dos enfoques principais que escapa ao nível jurídico da compreensão dos votos, pelos quais os religiosos fazem profissão pública de radicalidade na realização do projeto evangélico. Esta liberdade não pode ser só pessoal, mas deve atingir também o nível comunitário e institucional, porque a profissão pública é feita pela pessoa, mas no contexto e segundo a

índole própria de uma comunidade, onde todos, como cada um, optam diante de Deus, da Igreja e dos Ho-

mens, por viver as opções de Jesus Cristo, para continuar a Sua missão entre os homens.

A POBREZA DO SER E DA PESSOA

Fomos quase sempre educados para um enfoque da pobreza na linha de não possuir e de depender para usar, sobretudo em termos individuais, e mais na dimensão material das cousas. Não há, porém, consistência na pobreza material, se ela não for resultado e expressão da pobreza do ser e da pessoa. É primordialmente com relação a nossos valores espirituais, morais e culturais, de novo em plano de pessoa como de comunidade e instituição, que devemos tecer laboriosamente nossa pobreza interior e evangélica. E, uma vez mais, o problema está em sermos capazes de guardar em relação a eles uma grande liberdade, não admitindo nunca que eles sejam por nós manipulados em termos de egoísmo, de prestígio ou de poder.

Isto toca toda uma perspectiva da viabilidade apostólica dos nossos valores pessoais no plano do espírito. Porque é só sob este ângulo da missão que se justifica nossa qualificação de religiosos como homens e como profissionais. O crescimento pessoal do religioso não se pode fazer em termos de resposta ao anseio profundamente humano de realização pessoal, tornando-a quase elemento condicionante e teleologicamente determinante de todo o processo de seu aprimoramento. A vocação religiosa não visa por si a

realização pessoal, como se fosse meta definível e atingível, porque ela traz, na própria profissão pública de radicalidade evangélica, a semente de superação constante da pessoa e a exigência de transcendência, que decorre do seguimento de Jesus Cristo, inscrito na sua própria razão de ser como vocação apostólica. Desvinculado, pois, desta perspectiva apostólica, o crescimento pessoal do religioso é para ele uma forma de riqueza que de algum modo se constitui em violação da coerência interna de sua consagração. Por isso o fazer carreira, seja na linha da qualificação, como da do "status", é incompatível com uma autêntica vida religiosa, como o é toda modalidade de ambição na linha do ser, do ter e do agir. Esta compreensão de nossa posição no mundo, em decorrência desta faceta de nosso voto de pobreza, quase nunca abordado assim, tem, entre muitas consequências práticas, a incontornável purificação de nossos processos eletivos assim como postula a necessária eliminação de toda dialética de poder e afirmação de correntes e tendências no seio de nossas comunidades e capítulos. É pelo ângulo da pobreza e da missão que unicamente pode ser abordada entre religiosos a questão da autoridade. E é só pelo enfoque da pobreza que a autoridade se compreenderá realmente,

e não demagogicamente, como serviço. Entrevemos já aqui a profunda interligação entre a dimensão da pobreza, um dos votos que expressa nossa consagração, e a obediência que a exprime, por outro ângulo. Mas voltaremos a isto.

É a pobreza do ser e da pessoa, o ter coração de pobre, a pobreza em espírito, que nos prepara solidamente para a humilhação, a incompreensão e a injustiça, assumidas não como uma violação e afronta, mas como parte da resposta a uma opção fundamental de vida, que continua sendo a de Jesus Cristo ao fazer-se homem "ao assumir a condição de servo". É ela que nos torna capazes de sentir não raro o vazio dos homens em torno a nós, esta solidão existencial que nos leva a buscar e encontrar em Deus nosso único e real apoio em momentos árduos da vida ou da missão. É bem esta uma das experiências centrais de Jesus Cristo no Evangelho. Ela é inevitável em nossa vida, de pessoas como de comunidades, cada vez que sentimos o confronto na elaboração das decisões entre os critérios de Deus, entre a coerência que decorre da opção pelas opções de Jesus Cristo, e a tendência tão inata nos homens — nós, religiosos, incluídos — para a racionalização justificativa do prestígio e do poder, da afirmação prepotente pela melhor qualificação do ser, no nível dos valores do espírito.

É a pobreza do ser e da pessoa que fundamenta e faz crescer em nós a liberdade interior, cujo fruto principal é a paz. Pobreza que esvazia esta sensação tão espontânea

de surpresa ou de revolta quando constatamos nosso limite pessoal e sobretudo quando o experimentamos sob a forma de nosso próprio pecado. Fazer-se pecado diante de Deus, sem ter pecado, foi a suprema forma de pobreza que o Cristo assumiu. E, todavia, a tão poucas cousas resistimos tanto como à aceitação da marca do pecado em nós. A pobreza é libertadora, porque ela nos faz aceitar na paz a certeza de nosso limite e nos leva a construir em paz a superação constante e, na verdade, inatingível, deste mesmo limite. Mas a pobreza nos liberta também interiormente frente aos homens. Sem altivez nem petulância, o homem pobre no ser e na pessoa, é um homem independente e livre. Nenhum outro homem o fará dobrar-se pela ação do poder ou do prestígio, da intimidação ou da lisonja, formas todas que acalentam uma riqueza da qual ele abriu mão e se libertou. E aqui, a pobreza toca o solo da verdade, como a riqueza, o prestígio e o poder são forçados, não raro, a operar no sub-solo da mentira, da duplicidade e da hipocrisia. O fundamental é ter presente que, na vida religiosa, esta pobreza do ser e da pessoa, não só se situa na faixa do indivíduo, mas deve pervadir o espírito da comunidade toda institucional. É por aí que conseguimos condições de discernimento para identificar os imperativos da missão. É por aí que os homens nos encontrarão em paz, na busca da vontade do Senhor, apesar dos conflitos que ela implica, até que sejamos capazes de buscá-la efetivamente com um coração pobre.

É ainda esta pobreza do ser e da pessoa, que alicerça em nós a capacidade de uma pobreza material coerente, que não seja fonte de contestação impositiva ou disfarçada vitrine de prestígio. Jesus Cristo preferiu os pobres, optou pelos pequenos e oprimidos. Escolheu entre os mais fracos os seus apóstolos e discípulos. Mas ele o fez sempre em função da missão. Não é que os ricos não pudessem ser destinatários de sua mensagem. É difícil, porém, a eles abrir-se à prioridade de Deus, à consciência criatural de sua pobreza em face de Deus e, sobretudo, à necessária abertura evangélica ao outro, ao próximo, que deve ser amado por nós com a gratuidade com que Deus nos ama. As coordenadas de riqueza e de poder e sua resultante de orgulho e de prestígio fazem parte de um sistema centrífugo que normalmente afasta de Deus e ao qual Deus resiste explicitamente. No entanto, a maioria dos homens, mesmo os mais pobres no ter, almeja a riqueza de cousas e inveja aquele que, pela caminhada lenta do trabalho honesto ou por um repentino golpe de sorte, se apresenta como detentor de grandes bens. Boa parte da humanidade faz mesmo da luta pela riqueza, ainda que não atingida nunca, a razão de ser de seus suores e sacrifícios, a quota primordial no emprego de seu tempo. Esta permanente tentação do homem de todas as idades a absolutizar a posse dos bens e a dela fazer a constante de sua vida só pode ser invertida por uma radical pobreza do ser e

da pessoa, uma real pobreza em espírito. Mas, por outro lado, dificilmente há clima na abundância de bens, para uma efetiva pobreza do ser e da pessoa. Por isso é que na perspectiva da vida religiosa nossa pobreza só toca a missão de Jesus Cristo quando abarcar a dupla vertente de sua opção: a pobreza do ser concretizada na pobreza do ter. Só então nós estaremos relativizando o que a natural inclinação do homem tende a absolutizar.

Mas é importante que à profissão explícita corresponda a autenticidade da vida. Neste sentido, a mola mestra da pobreza é de fato, a missão apostólica, numa livre atitude de serviço. Esta missão exige adequação e proporção ao mundo em que vivemos e que evangelizamos e, portanto, inserção real e coerente. A dificuldade central que temos nós e o mundo também, para entender-nos quando falamos de nossa "pobreza" está na difícil compatibilização do sentido óbvio do termo com a realidade das pessoas e das instituições de vida religiosa tais como hoje se apresentam. Penso que perdemos em boa parte a intuição original do que é a pobreza, seja na linha do ter, seja sobretudo na do ser e da pessoa. E tenho certeza de que debilitou-se em nós ou escapou-nos totalmente o embasamento cristológico e evangélico, único ponto válido de referência da profissão pública de pobreza dos religiosos.

Não poucas congregações se abriram recentemente para uma opção

pelos materialmente pobres. Esta decisão entrou no bojo de uma intuição eclesial mais ampla, na vinculação profunda entre a evangelização e a promoção integral do homem. Ela traduz o amadurecimento mais recente da Igreja no captar a necessária implantação da justiça como componente ineludível da paz. Ela expressa este grande passo a que o Espírito levou a Igreja no seu todo, o de que o Verbo em Jesus Cristo se fez **HOMEM** e não se fez só alma e de que nos toca construir no tempo o homem todo que marcha para o seu destino escatológico. A missão da Igreja pervade, pois, a totalidade do humano. Por isso, a dimensão social da preocupação da Igreja só será compreendida por aqueles que, dentro dela ou fora dela, se dispuserem a fazer com ela a caminhada interior que ela fez conduzida pelo Espírito e que realmente a transformou e a faz apresentar-se aos homens como uma Igreja nova, porque mais encarnada como o Cristo e, por isso mesmo, pelo menos em marcha para a pobreza em si e em meio aos homens pobres. Mas não tem sido fácil à Igreja discernir a criteriologia de suas decisões.

Só esta síntese dá também consistência à nossa opção pelo pobre. Sem ela, encontramos-nos fazendo exatamente o que outros fazem e nos perguntamos porque temos de fazê-lo assim, professando o que já não vivemos. É o desalento conosco e o desencanto com os outros. É o início da morte do que foi vida para nós.

E, no entanto, só esta síntese dá corpo e validade ao testemunho vi-

vido entre os pobres e que não venha a ser para eles semente de amargura ou promessa de ódio, no processo de sua própria libertação.

Nem sempre a decisão de optar pelos pobres ou de ir a eles e estar entre eles foi tomada primordialmente em termos de vida e profissão pública dos próprios religiosos e de suas corporações, em decorrência da missão evangelizadora e do seguimento de Jesus Cristo. Ela se movimenta, não raro, sobretudo ou quase exclusivamente por vezes, numa linha de mera libertação material do pobre, somando esforços com outras correntes para a superação da fome e da miséria e para a implantação da justiça no mundo. Isto é bom, é coerente também com a missão da Igreja. Não podemos deixar de fazê-lo pelas implicações indesejáveis que possa ter ou pelos malentendidos que venha a criar, principalmente para quem continua a ver a Igreja, como ela realmente foi e quis ser por tanto tempo na História, como uma componente do poder. Não se pode minimizar nem anular o alcance político, no sentido fundamental e etimológico do termo, das ações humanas e, portanto, também das opções dos religiosos.

Mas, do ponto de vista da profissão pública de pobreza religiosa, só é eficaz tal decisão, se trouxer consigo uma atitude existencial de relativização de fatores em geral absolutizados pelos homens, seja por nós mesmos, seja pelos pobres a quem queremos ir. O diálogo, a inserção real, exige de nós um duplo

momento. De um lado, a relativização de nós mesmos, de nossos valores e de nossas idéias. Isto é o que efetivamente nos liberta e nos abre aos outros, para captar no materialmente pobre a dimensão de pobreza em espírito que nele porventura exista e para a qual ele nos pode educar. Dificilmente isto se fará se ele encontrar em nós os ricos do ser e do ter, os que possuem muito e jamais entenderão sua linguagem. Mas, por outro lado, é bem possível e muito comum que ele, pobre das cousas, seja rico de si. Se ele encontrar em nós os pobres do ser e do ter, talvez descubra através de nós a imensa riqueza da pobreza em si, da pobreza da pessoa e do ser, da pobreza em espírito, sem a qual, não é pobreza, mas carência apenas, aquela que ele vive, da escassez de bens e de posses. Esta descoberta o libertará e fará com que ele, opri-

mido numa escala, não seja, por sua vez, opressor em outra escala, com relação aos menores que ele. É só nesta perspectiva que a presença dos religiosos entre os pobres, o fazer-se pobres com os pobres, transcende os limites e objetivos da mera ação promocional, que pode ser levada à efeito pelos poderes públicos ou pela iniciativa privada, mas que se distingue radicalmente da missão global de Jesus Cristo, que evangeliza promovendo e promove evangelizando, na medida em que dá ao homem a liberdade interior e a capacidade de relativizar o que não pode ser absolutizado. Isto é uma tarefa imensa, para a qual a maioria dos religiosos não está preparada, porque, como pessoas ou como instituições, não logrou a síntese das duas vertentes cristológicas da pobreza, única face verdadeira da primeira das bem-aventuranças.

A POBREZA DO TER

A desvinculação entre a pobreza do ser e a pobreza do ter, o enfoque da pobreza apenas pelo ângulo do ter, operacionalizado através dos mecanismos do uso e da dependência nele, foi um dos elementos que ao longo da história da vida religiosa mais contribuíram para falsear a reta compreensão e vivência do sentido pleno da pobreza. Uma relativa pobreza individual do religioso como pessoa se tornou compatível com a crescente riqueza institucional de sua corporação, em dimensão local, provincial ou geral. Cada comunidade religiosa, em al-

gum destes níveis ou em todos eles, admitiu viver então um modelo próprio de pequeno capitalismo individualista.

Pessoas não raro bem remuneradas, sem ônus familiares, isentas às vezes, de impostos e taxas, assumem um estilo de vida discreto, mas bem fornecido. Seus ingressos financeiros lhes permitem reativar em si, como grupo, a congênita tendência humana e burguesa para absolutizar os bens e a posse. Razões várias são encontradas para se fechar à partilha, para eximir-se

do dever de colaborar e de ajudar, já não digamos de renunciar e doar. Descubram-se motivações para alicerçar as garantias e previsões muito além do que o necessário e o conveniente. Conservam-se assim por anos a fio, terrenos e propriedades ociosas, sem aproveitamento real e sem qualquer função social. Tal racionalização não faz senão privar esta vida religiosa em concreto de uma dimensão elementarmente honesta de pobreza. Ela é uma das formas pessoais ou institucionais de incoerência com a profissão pública de radicalidade evangélica. Ela esvazia a inteligibilidade para os homens e para a Igreja desta vocação apostólica que só se identifica pela coerência com aquilo que publicamente professa.

Quando não são os bens e valores, os terrenos e propriedades, são os títulos pessoais, os diplomas e cursos, as intermináveis e insaciáveis qualificações, vistas e pretendidas menos pelo seu ângulo apostólico de serviço aos homens, ao mundo, à própria Congregação e à Igreja e mais como fonte desta auto-satisfação que nos pervade a todos, na gratificante constatação documentada de nossa própria qualidade.

O voto de pobreza, se vivido em suas coordenadas evangélicas, postula uma total reformulação das perspectivas em que é vivida hoje a vida religiosa. O problema não está em formar para a dependência no uso tranquilo do muito que inconfessadamente se possui de fato. Está em fazer assumir responsabilmente, em nível pessoal e institucional; o confronto de cada uma de nossas opções com a fundamenta-

ção cristológica da pobreza que professamos, como uma das faces da consagração a Deus da totalidade do que somos. Isto exige de nós uma profunda liberdade interior e uma "kénosis" real que nos aproxima da encarnação do Cristo e tira a máscara às nossas pseudo-inserções.

Mas há uma outra dimensão que se tem perdido também na vivência da pobreza: é a da inserção nossa de religiosos no **mundo do trabalho**, com todas as suas consequências. E, no entanto, esta parece ser, no mundo marcado pelo trabalho, uma das grandes incoerências que vive hoje a vida religiosa em face de sua pública profissão de pobreza evangélica. A grande massa dos homens e mulheres que trabalham e que vivem do seu trabalho não têm como conceituar a vida de trabalho de grande número de religiosos.

De fato, fomos capazes de conduzir muitos jovens religiosos a uma vida tal que, mesmo sem trabalhar à altura dos seus coetâneos, continuam vegetando em nossas casas, cercados, às vezes, de requintadas condições de vida. É incrível verificar como um bom número de religiosos em idade produtiva consegue escapar à lei universal do trabalho. Mesmo nos países desenvolvidos e, mais gravemente ainda no terceiro mundo, muitos religiosos vivem, por vezes, à margem das exigências do trabalho e das coordenadas econômicas do mundo atual, em tudo o que eles trazem e comportam de austeridade, de disciplina, de privações, de dificuldades, de insegurança e de riscos. Temos garantida a sustentação e, com isto,

podemos eximirnos irresponsavelmente do que é hoje o dia-a-dia do habitante de nossas cidades. A passividade, a não combatividade, a ausência de criatividade, o não ter que lutar para sobreviver, tudo isto foi, de certo modo, eliminando em nós a inspiração heróica de nossas vidas. Fomos nos mediocrizando e nos alienando num mundo que é competitivo, onde sobrevivem os que arduamente lutam, onde as funções são atribuídas mediante concurso e mantidas por avaliação de qualidade. É impressionante ver como muitos religiosos que tiveram oportunidades incomuns e singulares de estudo e qualificação se acovardam diante da vida e se acham cronicamente incapazes para tarefas que leigos desempenham com menores condições de formação e preparação ou que eles mesmos assumem quando abandonam a vida religiosa. Não menos impressionante a frequência com que os religiosos, aparentemente responsáveis, jogam com suas comunidades e saltam daqui para ali, ao sopro de impetos e inspirações que fenecem tão depressa quanto caprichosamente se apresentaram. A acomodação de muitos e o despreparo de outros constituem muitos Institutos Religiosos numa espécie de casta à parte, incompreensível no mundo real em que vivemos. Em quase todas as Congregações há pessoas mais próximas aos homens, que sofrem e labutam com eles e suportam incansáveis o crônico cansaço de tantos, mas se perguntam angustiadas se o corpo apostólico a que pertencem está realmente em condições de evangelizar.

Por outro lado, seria muito necessária uma revisão, em termos de seu peso econômico, dos cronogramas e das disposições internas de tempo, horários, métodos e sistemas de trabalho em nossos capítulos gerais e provinciais, em nosso estilo de governo, em nossas reuniões e encontros, em nossas férias e lazer, em geral, e, sobretudo, em nossa dinâmica de formação e de ação. Há já bastante difundida em não poucos religiosos uma consciência tácita da desproporção entre o tempo empregado em tudo isto, com forte carga econômica e o resultado efetivo que se consegue obter. Não se trata de cair numa das absolutizações típicas do nosso tempo, o mito da eficiência e da eficácia. Mas, relativizando estes elementos e enriquecendo-os das dimensões humanas e gratuitas da vida, não é possível viver no mundo de hoje em termos de uma civilização agrária e sem tempo e de uma concepção de governo religioso paternalista e infantilizador. O problema parece situar-se precisamente no nível da pobreza, focalizada aqui pelo ângulo da necessária avaliação de elementos como a dimensão econômica do tempo, da participação de pessoas, da positividade de objetivos e, portanto, da leitura atual de certas exigências da missão, menos sentidas em outras épocas. Uma sensibilidade maior a este aspecto permitiria a integração das coordenadas econômicas e metodológicas, conduzindo a um aprimoramento do que hoje se chama, em termos administrativos, "Organização e Métodos". Não podemos pretender continuar trabalhando, pretensamente em nome do Evangelho, com siste-

mas arcaicos, num mundo marcado pela tecnologia. A simples hipótese de que possamos levar adiante este estilo doméstico e patriarcal de vida, supõe já um tremendo contraste e ruptura entre o que somos, com a retaguarda de bens que conseguimos acumular, e a vivência da maioria dos homens, mesmo dos pobres (embora não dos marginalizados) de nossos dias. O problema se situa na faixa da mentalidade e das atitudes e não do superficial equipamento de nossos escritórios. Não nos basta dispor de máquinas e instrumentos sofisticados, com tradução simultânea, votação e computação eletrônica, mecanografia eletrônica. O problema da pobreza se situa no nível do aproveitamento e instrumentalização efetiva dos mesmos em termos econômicos.

Tem sido um grande erro de muitos religiosos pensar que a pobreza está na omissão de toda iniciação econômica. Muitos se dedicam ao "espiritual", ao "pastoral", e aborrecem o econômico, suas exigências e rigorosas condições. Como têm garantidos casa, comida, estudos, roupa lavada, condução, lazer, férias e viagens, vivem totalmente desenraizados da maioria do

povo, da situação concreta daqueles que os cercam até na própria atividade pastoral. Para o povo, o problema econômico é agudo e corante. Enquanto qualquer família se proporciona em suas compras e em suas férias, estritamente às possibilidades de seu orçamento, bom número de religiosos não tem sequer elementos para aferir no próprio caso os índices de tal proporção. São incapazes de uma objetiva prestação de contas. Tomam como desconfiança qualquer solicitação neste sentido, quando isto é o dia-a-dia de qualquer trabalhador. Não se educaram para a disciplina das exigências contábeis — uma das grandes escolas de pobreza — e se permitem, por isso, erros e imprecisões elementares, cujas consequências não experimentam nunca, porque têm asseguradas sua posição e condições de boa sobrevivência, independentemente da qualidade no desempenho de suas funções. Vive-se então uma pseudo-pobreza, pobreza apenas de alma e na teoria, porque inteiramente ao abrigo de qualquer consequência vital para a pessoa e de todo desvinculada do processo concreto de vida da humanidade.

POBREZA E GRATUIDADE

Daí, de um lado, a atitude paternalista e distributiva, que faz estender a todos, sem qualquer consideração econômica, os bens e provisões da casa e da comunidade, em nome de uma pobreza bem inten-

cionada, mas, consciente ou inconscientemente, demagógica e ingênua. Isto não é mais que a munificência capitalista de alguém que tem a vida assegurada. Não o faria proporcionalmente nenhum dos pobres efeti-

vos com os quais o religioso talvez trabalhe e entre os quais pretende estar inserido, mas frente aos quais aparece, de fato, não como um outro pobre, que não é, apesar das aparências, e sim como o pequeno ou grande senhor antigo. Por outro lado, à esta mesma retaguarda de vida garantida, que leva muitos religiosos a multiplicarem as “gratuidades” por seus trabalhos, como conduz muitos dos que solicitam seus serviços a imaginar que tudo possa ser feito por eles de graça ou apenas com simbólica remuneração. Não é dada atenção ao sacrifício de alguns poucos sobre os quais passa a recair a sustentação da comunidade toda e que, diante da mesma comunidade, assumem a odiosidade de contarem os tostões enquanto os outros simpaticamente distribuem milhões. Isto tende também a perpetuar, no caso de comunidades bem fornecidas, a imagem paternalista de quem deixa cair as migalhas do supérfluo e se tranquiliza em sua consciência porque “ajuda” aos pobres. Há inúmeras comunidades e pessoas religiosas nesta situação e cuja atitude poderia ser equiparada, dispensando os comentários, a muitos ricos que por seus gestos generosos comparecem nas colunas de nossa imprensa. Num perspectiva real de pobreza, ve-

jo a “gratuidade” na liberdade pessoal e institucional total em relação à remuneração ou retribuição de fato condignamente recebida, mas colocada inteiramente e sem restrições a serviço do corpo apostólico que é a comunidade e, por ele, igualmente, também dos demais pobres. É interessante constatar que muitas pessoas generosas que cultivam a gratuidade no primeiro sentido são incapazes da gratuidade no segundo sentido. Abrem mão de qualquer remuneração quando esta deve oficialmente ir à comunidade, mas são tardas ou omissas em transferir à comunidade a recompensa ou fruto do trabalho pessoal que efetivamente receberam. Há no fundo de tudo isto, com bastante frequência, a atitude do contribuinte que se recusa a pagar o imposto, porque o vê mal aplicado ou simplesmente depredado. Na perspectiva da vida religiosa, é de capital importância que a pobreza individual, a liberdade real da pessoa com relação às cousas e aos bens, encontre eco numa atitude idêntica de toda a comunidade. O indivíduo e a comunidade se educam mutuamente para a vivência fiel e radical da pobreza evangélica que exige esta sintonia de critérios sob pena de frustrar a generosidade de uns e de criar em muitos fissuras e evasões irrecuperáveis num projeto autêntico de vida religiosa.

POBREZA E ADMINISTRAÇÃO

Não é raro ouvir-se falar entre religiosos, com certo menosprezo, da tarefa dos ecônomos e administradores e cantar as glórias das ati-

vidades diretamente pastorais e espirituais. No entanto, isto é, de novo, uma faca de dois gumes, para a vivência comunitária da pobreza

evangélica. De poucos depende tanto como dos ecônomos uma reta ou uma falsa visão da vida religiosa e um equívoco endereçamento da perspectiva de pobreza nas respectivas Províncias ou Congregações. Pela responsabilidade de seu cargo, eles devem cuidar da boa administração e do atendimento às necessidades da comunidade. Isto é indispensável se não queremos viver utopicamente num mundo marcado pelo econômico, nem desejamos voltar ao primado da esmola e dos benefícios dos mais ricos como chave condicionante para cobrir nossos crônicos déficits comunitários e provinciais. Mas, a boa administração se pode fazer em base a critérios meramente financeiros ou comerciais e sem qualquer sensibilidade à dimensão religiosa da pobreza. Passam então os ecônomos e as comissões de finanças a serem, na verdade, os determinantes árbitros inapeláveis e irremovíveis de toda a orientação apostólica de uma obra, de uma Província e até mesmo de uma inteira Congregação. Provinciais e Conselheiros Provinciais, sem suficiente conhecimento do assunto, num tratamento descentralizado e subsidiário dos assuntos da Província, entregam a decisão na área econômica ao respectivo setor e a ela se rendem sem mais. Ora, o aspecto econômico é e deverá ser sempre uma componente setorial apenas das decisões globais da Província. Haverá razões superiores de natureza religiosa, eclesial e/ou de política apostólica global da Província, que aconselhem medidas a serem tomadas, apesar do parecer contrário do setor econômico. Este deverá ser encar-

regado depois de redimensionar sua decisão em consequência e buscar novos elementos a fim de orientar-se para outras soluções. Sem esta perspectiva de autêntica liberdade evangélica, não poucas Províncias ou Comunidades caminharão para um rígido imobilismo apostólico ou para uma criteriologia puramente empresarial na abordagem das exigências da missão, ou mesmo para uma gestão avara e usurária dos bens comuns.

Pelo contrário, o ecônomo que exerce uma boa administração e se proporciona também aos postulados religiosos de pobreza e por eles se norteia, é, a um tempo, um fator pedagógico de inserção realista e, ao mesmo tempo, uma escola de pobreza e liberdade sem utopias. Tor-na-se um elemento libertador da Província ou da Casa e um fator gerador da prática regular e generosa de uma sã gratuidade apostólica não paternalista. Alicerça uma reta autonomia apostólica pela superação da mendicância ou da condicionante dependência de benfeitores. Ele o faz, sobretudo, na constante e crítica avaliação da utilidade apostólica dos bens, no evitar a não necessária acumulação de capitais, no redimensionar espaços ociosos, no levar em conta as necessidades de investimentos não produtivos ou que não o são imediatamente, como bibliotecas e qualificação de pessoal, mas que encerram válido potencial de aprimoramento da ação apostólica. Isto supõe um novo enfoque da missão de ecônomo. Ele não é pessoa a quem se recorre esporadicamente, mas alguém com

quem pacientemente se elaboram os critérios globais e evangélicos de ação apostólica. É importante que o ecônomo esteja a par da política integral da Província, que ele participe da gestação dos projetos da missão. Só assim ele mesmo redi-

mencionará sua hierarquia de valores e irá adquirindo aos poucos esta visão de liberdade interior que deve presidir à administração de uma comunidade religiosa em contraste com a direção de uma empresa lucrativa e de produção.

POBREZA E MISSÃO

À luz desta visão ampla e concreta da pobreza evangélica, que ultrapassa de muito as estreitas balizas de uma conceituação meramente jurídica do nosso voto e se faz sobremodo exigente em termos de coerência interna com nossa profissão pública, a grande interrogação, nas condições atuais da vida religiosa assim como é vivida, é: de que lado estamos, existencialmente, com os ricos ou com os pobres? Ou se, talvez, diante dos ricos como dos pobres, não nos encontramos numa espécie de terceira faixa, particularmente privilegiada.

Seríamos os que têm muito, sem a preocupação e os temores dos ricos, sem haver tido que lutar ou trabalhar como eles, sem pensar na ameaça dos concorrentes, nem dos problemas inerentes às imprevisíveis conjunturas econômicas mais adversas ou menos, nem ter que buscar crédito e financiamento ou preocupar-nos com as altas e baixas do mercado. Este aprofundar a singularidade de nossa situação leva-nos à constatação-impacto de uma certa ambigüidade. Nossas amizades com os que muito possuem, nossa filtragem de conforto e privilégios através dos serviços que

prestamos e nos tornam aceitos, nossa capacidade de mover tantos à benevolência, tudo, enfim, que se foi acumulando com o tempo, nos séculos e na história e de algum modo se incorporou em nós, certamente nos dificulta muito viver a sério uma pobreza radical e evangélica. Neste caso, por onde iniciar a conversão?

Temos diante de nós um mundo que nos desafia, complexo e cheio de contrastes. Mas é este mundo que nos toca evangelizar. Anunciar a todos a mensagem, viver e trabalhar com todos. Por outro lado, nossa vocação religiosa, se entendida a fundo, mantém precisamente neste mundo sua imensa atualidade. Mais do que nunca ela tem razão de ser reconhecida e legitimada pela Igreja, porque mais do que nunca os homens precisaram de quem, de modo inteligível, testemunhe da absoluta prioridade de Deus e da conseqüente relativização do que os homens e, concretamente os homens de nosso tempo, pretendem absolutizar.

Muitos religiosos optaram com generosa sinceridade por uma ida

aos que são materialmente pobres, aos bairros carentes e às favelas, de modo exclusivo." Outros, para além desta presença física entre os pobres, entreviram a necessidade de questionar a fundo as estruturas mesmas do nosso mundo, geradoras de tais situações. Para os pobres, para os marginalizados, para aqueles que, tão numerosos no mundo de hoje, não atingem o mais mínimo para comer e vestir, não conseguem o fundamental em educação e moradia, em saúde e emprego, o religioso não se deve fazer apenas instrumento de ajuda e assistência. Há de tornar-se um fautor da justiça, levando à consciência dos que possuem o poder e os bens o clamor dos que não têm voz, nem representação, nem sabem sequer como fazer-se ouvir. A sociedade da fome, dos migrantes, dos delinquentes, dos desempregados, dos oprimidos precisa de nossa presença. O que temos que evitar é fazer da situação deles uma espécie de objeto turístico para nós. Ir até eles, menos com o sentido de libertá-los e de dar-lhes a entender a vida na situação em que vivem ou lutar com eles para superá-la e mais na utilização deles a serviço de nossas próprias pretensões espirituais ou mesmo ideológicas. Não podemos servir-nos deles para atender a objetivos pessoais ou comunitários. Toda tentativa superficial, portanto, de implantação de comunidades ou fraternidades em meios pobres, não preparadas suficientemente, não vinculadas ao meio, não sensíveis às situações concretas é, no fundo, turismo religioso. É igualmente uma nova forma de opressão ir aguçar neles, sem aviar soluções

ou sem suscitá-las com respeito a eles e a partir deles, problemas dos quais não são conscientes, politizá-los irresponsavelmente, para que enfrentem situações que, na medida em que se agravam, nos encontramos sempre mais distantes e, afinal, covardes e ausentes, ou solidamente protegidos quando as cousas realmente se precipitam. Quantas vezes nossa posição de pessoas sem compromissos de família e sobretudo com a forte retaguarda de nossas Congregações não nos leva idealisticamente a desencadear situações insustentáveis para pais de família, para jovens que, na nossa palavra, se lançam a heróicas aventuras e, afinal, não contam conosco no momento decisivo. A Igreja, concretamente a Igreja no Brasil, começa a contar hoje com aqueles que enfrentam até à morte a consequência de seus atos. Mas fica em nós um resquício da índole retórica de nossa formação humanística. Fácil nos é falar e produzir documentos ou manifestos. Muito difícil ir à fundo na análise de situações complexas e assumir, com probidade e coerência, com objetividade e senso crítico, um esforço sério e de longo alcance que vise de fato a libertação do pobre num conjunto de estruturas injustas que não se mudam com palavras, mas sobretudo com o longo esforço de uma vida marcada pela fortaleza evangélica do Espírito e com uma participação efetiva e não só verbal na construção de uma nova sociedade.

Mas o mundo não está feito apenas de pobres e favelados. Não é menor desafio a sociedade da abundância e do consumo, o mundo da

cultura sofisticada, os meios universitários, como os da arte, da ciência e das comunicações de massa, o mundo financeiro e do comércio-indústria, como o da tecnologia e operariado urbano ou rural. Todos precisam também de nossa presença e seria uma trágica miopia da Igreja omitir-se em campos tão difíceis. Pela própria evolução histórica, nós, religiosos, nos encontramos afinal mais do lado da abundância do que da carência. E, em geral, acabamos por uma osmose total e uma assimilação não só dos fatos de vida, mas até mesmo dos princípios desta mesma vida na abundância. A reação atual que se delineia não pode ser simplista e simplória. Entre estar com os ricos e ser uma presença contestadora e evangelizadora em meio aos ricos há uma diferença radical. O difícil é que esta diferença se situa em nós, tem que ser exigida de nós e não dos outros. O mesmo vale em relação aos ambientes que não são ricos, mas que não são pobres e marginalizados e diante dos quais a Igreja e nós religiosos batemos em retirada elegante porque eles são difíceis, críticos e exigentes. A Igreja partiu no Brasil para um enfoque comunitário de sua ação evangelizadora e o surgimento de comunidades eclesiais em toda parte é uma primavera que nos enche a todos de esperança. Mas temos que perguntar-nos porque logramos tais comunidades preponderantemente em zonas rurais e entre pessoas de meia idade. As comunidades urbanas e jovens dois traços de nosso país permanecem um desafio. É percentualmente inexpressiva nossa presença evangelizadora entre uni-

versitários e operários de indústria. Somos ausentes ou arcaicos na maioria dos meios de comunicação. Comprovadamente não conseguimos impacto evangelizador junto a grande número dos próprios alunos e pais de nossos colégios, médicos e enfermeiros de nossos hospitais. Não saberíamos sequer como entabular diálogo com os meios artísticos e científicos, para não falar dos meios empresariais, contra os quais nos entricheiramos, sem mesmo conhecer-lhes a dinâmica interna. E, não será por acaso que, não há hoje entre os religiosos do Brasil, qualquer figura pessoal ou instância institucional, que possa assumir um diálogo crítico, sério e bem fundamentado, baseado em pesquisas e documentos, em análises históricas e culturais levadas a termo com probidade no tempo, que nos permita dizer uma palavra com reconhecida autoridade nos ambientes que não são da Igreja, em tantos problemas humanos e sociais sobre os quais superficial e apressadamente nos pronunciamos e que, pela nossa omissão e incompetência, se orientam legislativa e estruturalmente para outros rumos, em força de outras palavras, menos consistentes, mas ditas com mais intelegibilidade e com melhor fundamentação. O horizonte evangelizador da missão de Jesus Cristo reassumida hoje por nós, não se pode confinar às fronteiras de nossos limites. É precisamente a pobreza evangélica, que de público professamos, que nos vai libertar para uma presença transparente e contestadora em todas estas frentes, das quais mediocrementemente não nos aproximamos e frente

às quais covardemente nos omitimos. O que nos falta basicamente é a liberdade interior que só a pobreza do ser e da pessoa pode dar, de dizer que é preciso ir aos materialmente pobres, como é imprescindível converter-se para manter um coração de pobre frente àqueles que não são pobres de bens, mas são indigentes de Deus. É difícil evangelizá-los, tanto quanto é difícil converter-nos. Mas a mesma força do Espírito que nos faz hoje captar o apelo dos oprimidos, deve ser bastante forte em nós, para fazer-nos descobrir a todos os outros a face de Jesus Cristo, que quer a salvação de todos os homens e quer que todos conheçam nEle, apesar e através do instrumento que somos nós, a manifestação do amor do Pai, sem o qual, nem nós, nem

ninguém será capaz de transformar estruturas. O evangelho é um projeto global para todos os homens. Se Jesus Cristo privilegiou os pobres, nem por isso excluiu os ricos, embora os tenha alertado para a imensa dificuldade que constitui a riqueza, porque ela escraviza o homem e ele se esquece de Deus e do outro homem. Mas entre os ricos e os pobres de bens, há uma faixa imensa que nós estamos excluindo, pelos menos racionalmente em nossas teorias, e que de fato na prática excluímos, porque não conseguimos ser diante dela o que devemos ser. Há em nós, religiosos, uma perda de vigor evangelizador, que nasce da constatação de nosso limite, não aceito no fundo e existencialmente, porque não vive em nós um coração de pobre.

CONCLUSÃO

Concluindo, creio que a abordagem da pobreza evangélica por nós professada publicamente frente à Igreja e aos homens, mas sobretudo diante de Deus, atinge um domínio muito amplo e profundo de todo o nosso ser e agir. Tentar, pela força de Deus em nós, ofertar ao Senhor e aos Homens tudo isto que é tanto de nós, parece-me revelar a nós mesmos uma surpreendente atualidade e fecundidade deste voto de pobreza. Mas, ao mesmo tempo,

desperta-nos para o desafio de conversão que pressupõe traduzir isto coerentemente em vida. Se o fizermos, pelo dom de Deus, nossa luz brilhará entre os homens e será continuada por nós a missão de Jesus Cristo. Se o não fizermos, nossa luz se apagou e o sal perdeu em nós o seu sabor. Deus saberá suscitar outros, em outras vocações apostólicas, e continuar por eles, na marcha da História, a manifestação do Seu amor aos homens, em Jesus Cristo, seu Filho e nosso Irmão.

RICOS E POBRES. VISÃO PATRÍSTICA DE UM PROBLEMA NOSSO

Ir. Carmen Maria Tavares de Lyra, NDS

Os pobres ocupam na Bíblia um lugar muito importante. O vocabulário hebraico os designa sob vários aspectos: o indigente, o frágil, o não saciado, o aflito, etc. e dá o sentido bíblico da pobreza: não simplesmente condição econômica e social, mas uma disposição interior, uma atitude de alma. O paradoxo: **riqueza** espiritual do **pobre** já surge no Antigo Testamento e é confirmado pelo Cristo com força divina quando fala do pobre como de um bem-aventurado, um privilegiado, herdeiro do Reino.

Mas o Antigo Testamento sublinha também a situação lamentável do economicamente pobre, vítima da injustiça dos homens, como aquele proletário rural cujo infortúnio é descrito em Jó: "Os maus mudam as divisas das terras e fazem pastar o rebanho por eles roubado... Sobre da cidade o estertor dos mori-

bundos, a alma dos feridos grita, Deus, não ouve suas súplicas" (Jó 24-2,12). A miséria daqueles que a sociedade rejeita ou dos quais não se ocupa é fortemente clamada pelos Profetas, cujos sucessores serão os Padres da Igreja.

Amós: "Oráculo do Senhor: por causa do triplo e do quádruplo crime de Israel, não mudarei o meu decreto, porque eles vendem o justo por dinheiro e o pobre por um par de sandálias..." "O arqueiro não poderá resistir, nem o homem de pés ligeiros poderá escapar, nem o cavaleiro salvará a sua vida" (2-6,15). "Ouvi este oráculo, novilhas de Basan, que viveis na montanha de Samaria! Vós que oprimis os fracos e maltratais os pobres, vós que dizeis a vossos maridos: Trazei, e festejemos" (4-1). "Por isso, porque oprimis o pobre e lhe extorquis tributos em trigo, não ha-

bitareis estes palácios de pedra que construistes: não bebereis o vinho destas vinhas de escol que plantastes” (5-11). Ele ruge contra os crimes de Israel.

Todos gritam contra a fraude no comércio: “Esse mercador tem uma balança falsa e ama a fraude!” (Os 12,8). Contra o açambarcamento das terras: “Cobiçam as terras e apoderam-se delas, cobiçam as casas e roubam-nas; fazem violência ao homem e à sua família, ao dono e à sua herança” (Os 2,2). “Ai de vós que ajuntais casa com casa e que acrescentais campo a campo, até que não haja mais lugar e que sejais os únicos proprietários do país” (Is 5,8). Contra a escravização dos pequenos: “Eis a palavra que foi dirigida a Jeremias pelo Senhor, depois que o rei Sedecias fez um pacto com o povo de Jerusalém, a fim de proclamar um decreto de alforria, segundo o qual cada um devia libertar seu escravo hebreu, homem ou mulher, não conservando na escravidão seus irmãos judeus. Aceitaram todos este acordo...” (Jer 34, 8-22). Contra os abusos do poder e a perversão da justiça: “Convertem o direito em absinto e lançam por terra a justiça” (Am 5,7). “Deus fez secar as raízes das nações arrogantes e implantou os humildes entre as mesmas nações” (Is 10, 18). “Ai daquele que para si construiu esse palácio por meios desonestos e seus salões, violando a equidade...” (Jer 22,13-17).

O Messias será, enfim, o defensor dos direitos inalienáveis dos pequenos e dos pobres.

Ele não destrói a Lei, mas a aperfeiçoa, pois o Deuteronômio já prescrevia várias medidas sociais para atenuar o sofrimento do indigente: “De sete em sete anos farás a remissão. Eis em que consistirá: Nenhum credor poderá exigir o empréstimo que tiver feito ao seu próximo. Não exercerá contra o seu próximo ou contra o seu irmão opressão alguma quando for publicada a remissão em honra do Senhor...” (Dt 15, 1-15; 24,10-15; 26,12).

Os sábios também nunca deixaram de lembrar os direitos do pobre: “Quem despreza seu próximo comete um pecado; feliz aquele que tem compaixão dos desgraçados”. “Aquele que zomba do pobre insulta seu Criador; quem se ri de um infeliz, não ficará impune”. “Quem se apiada do pobre, empresta ao Senhor, que lhe restituirá benefício” (Pr 14,21; 17,5; 19,17). O pobre cujo defensor poderoso é o Senhor: “Não despojes o pobre, porque é pobre, não oprimas o fraco à porta da cidade”. “Não toques no marco antigo, não penetres na terra dos órfãos, porque seu vingador é poderoso e defenderá sua causa contra ti” (Pr 23,22ss; 23,10-11).

A esmola será sempre um elemento essencial da piedade bíblica: “Dá esmola dos teus bens e não te desvie de nenhum pobre, pois assim fazendo, Deus tampouco se desviará de ti”. “Não há nenhuma cura para a assembléia dos soberbos, pois sem que o saibam, o caule do pecado se enraíza neles”. “Pois será atendida a imprecação daquele que te amaldiçoa na amar-

gura de sua alma. Aquele que o criou o atenderá (Tob 4,7; Ecli 3,30; 4,6).

Os Salmos cantam o “clamor dos pobres” que sobe para Deus. Ali também se encontram os indigentes, os infelizes e os aflitos.

Pobreza-miséria, pobreza-desolação frequentemente se tocam. Na sua confiança em Deus, o pobre torna-se o “amigo de Javé”, “seu servo”, aquele que tudo espera dele e, por isso, é objeto de um amor benevolente e constitui as primícias do “povo humilde e modesto”, da “Igreja dos pobres”, cuja Cabeça é o Messias.

O Senhor começa o Sermão da Montanha pela bem-aventurança dos pobres: “Bem-aventurados os que têm um coração de pobre, porque deles é o Reino dos céus. Bem-aventurados vós que sois pobres, porque vosso é o reino de Deus” (Mt 5,3; Lc 6,20). O Cristo reconhece neles os herdeiros do Reino; Maria o tinha compreendido, pois no Magnificat dizia-se “a humilde serva” do Senhor, e também João Batista a quem o Cristo mandou a resposta: “Digam-lhe que a Boa Nova está sendo anunciada aos pobres”.

Entretanto, aqui também a pobreza continua um mistério, visto ser o Cristo pobre um Rei triunfante, e também Aquele que, na Paixão, assume toda a miséria do mundo é o glorioso Senhor que julgará os vivos e os mortos.

Riqueza e pobreza, estas duas palavras que parecem excluir-se em nossa mentalidade fechada, muitas vezes, à luz, completam-se e se con-

cluem uma na outra, na Mensagem da Bíblia.

O serviço dos pobres será sempre uma expressão de amor

Jesus pede aos seus o desprendimento dos bens temporais, quer os possuam ou não, a fim de serem capazes de desejar e de receber as verdadeiras riquezas: “Ninguém pode servir a dois senhores, porque, ou odiará a um e amará o outro, ou dedicar-se-á a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas”. “Eu conheço a tua angústia e a tua pobreza, és rico, porém, e também as difamações daqueles que se dizem judeus e não o são; são apenas uma sinagoga de satanás”. “Pois dizes: sou rico, faço bons negócios, de nada necessito; e não sabes que és o infeliz: miserável, pobre, cego e nu” (Mt 6,24-33... Apc 2,9; 3,17). As posses materiais são objetos da renúncia à qual é preciso consentir, pelo menos interiormente, para ser discípulo de Jesus: “Quem ama seu pai ou sua mãe, mais que a mim, não é digno de mim. Quem não toma a sua cruz e não me segue, não é digno de mim” (Mt 10,37 ss.). Não se trata, porém, simplesmente de bens materiais; os verdadeiros pobres em espírito são os que têm consciência de sua miséria no plano religioso, de sua constante necessidade do socorro de Deus. Afastam-se do fariseu que confia em sua própria justiça, para seguir a humildade do publicano que tudo espera da misericórdia. São os verdadeiros “filhos” de Deus, aos quais o Reino foi prometido. “Trouxe-

ram-lhe também criancinhas, para que Ele as tocasse. Vendo isto, os discípulos repreendiam-nas. Jesus, porém, chamou-as e disse: Deixai vir a mim as criancinhas e não as impeçais porque o reino de Deus é daqueles que se parecem com elas” (Lc 18,15 ss.; Mt 19,13,24).

A pobreza de bens materiais é louvável e desejável, quando vivida na confiança filial em Deus, no desejo de seguir o Cristo e na generosidade para com nossos irmãos. Ela nos permite acolher então mais livremente o dom de Deus e consagrar-nos mais completamente ao serviço de seu Reino. É disso que vem o seu valor, e não do aspecto negativo de privação que, às vezes, procuramos sublinhar sem motivo.

Jesus preserva-nos do perigo das riquezas. “Não ajunteis para vós tesouros sobre a terra, onde a ferrugem e as traças os corroem, onde os ladrões furtam e roubam” (Mt 6,19 ss). E pede aos que o querem servir de mais perto que abracem a pobreza efetiva: “Vendei o que possuis e dai esmolas; fazei para vós bolsas que não se gastam, um tesouro inesgotável nos céus, aonde não chega o ladrão, onde a traça não o destrói” (Lc 12,33; Mt 19,21). Mas a aplicação literal desse convite nem sempre será possível. S. Paulo terá um orçamento missionário e caritativo: “Queremos evitar assim que alguém nos censure por motivo dessa importante soma que passa por nossas mãos, porque procuramos fazer o bem, não só diante do Senhor, senão também diante dos homens” (2 Cor 8,20; At 21,24;

28,20). Mas continua a anunciar o Evangelho “gratuitamente”. “Qual é portanto, a minha recompensa? É que, pregando o Evangelho, eu o anuncio gratuitamente, sem usar dos direitos que esta pregação me confere” (1 Cor 9,18). “Sei viver modestamente e sei também como haver-me na abundância; estou acostumado com toda e qualquer situação: viver saciado e passar fome; ter abundância e sofrer necessidade (Fil 4,12-14).

O Senhor parece mesmo querer que o embaraço imposto pela pobreza voluntária fique, às vezes, oculto aos olhos dos homens, como qualquer prova de amor para com Deus deve ter a marca de uma reserva que a oculte, para que seja mais pura.

Estas considerações não nos levam a esquecer os pobres que ignoram a bem-aventurança ligada a seu estado, mas nem por isso deixam de ser dignos de nossa estima e de nossa caridade.

O serviço dos pobres será sempre uma expressão de amor. É verdadeiramente o Cristo que neles socorremos à espera de sua volta gloriosa. “Então, o Pai dirá aos que estão à direita: vinde, benditos de meu Pai, tomai posse do reino que vos está preparado desde a criação do mundo”. “Pobres, vós tereis sempre convosco; a mim, porém, nem sempre me tereis” (Mt 25,34-46; 26,11). “Se alguém vir o irmão na miséria e lhe fechar as entranhas, como permanecerá nele o amor de Deus? Quem possuir bens deste mundo e vir o seu irmão sofrer, mas lhe fechar o seu coração,

como está nele o amor de Deus?" (1 Jo 3,7). O Antigo e Novo Testamento nos deram o sentido da pobreza; pobreza espiritual, abertura a Deus na humildade e na fé confiante. A pobreza material, para a qual nos devemos inclinar com amor, se não quisermos ser rejeitados por Deus, como os maus ricos.

Mas, a verdadeira pobreza é a comunhão ao Mistério da liberalidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, de rico fazendo-se pobre, a fim de nos enriquecer pela sua pobreza. Aí, está todo o sentido de uma vida humana. Todo o Mistério da Redenção encontra aí uma nova claridade. É a Pobreza do Cristo ou, melhor ainda, é o Cristo pobre que nos enriquece e salva. Fez-se pobre e como pobre, entregou-se, por nós. Riqueza, pobreza; estas palavras só têm sentido no e pelo Cristo. Se, às vezes, sobretudo no mundo atual, a pobreza parece um escândalo, é porque para nossa alma, marcada pelo pecado, não é ainda noite de Natal nem noite de Páscoa; é, simplesmente, noite.

Vemos ricos e pobres. Será que vemos suficientemente a cruz de Cristo na vida de uns como dos outros?

Depois da Bíblia, que nos dizem desse mistério os **Padres da Igreja?**

Clemente de Alexandria

Pagão de nascimento, convertido. Viajou muito, encontrou enfim, o repouso do espírito. Formado por

um mestre eminente, Pantene, deixou considerável obra literária. Para salientar a verdade oculta na Escritura, imitou de Filon o método da alegoria.

A comunidade de Alexandria era bem mesclada e os problemas entre ricos e pobres surgiam frequentemente. Clemente os estudou sobretudo na homilia: "Qual o rico que pode ser salvo", que continua sendo uma fonte de ensinamento para o homem do século XX.

Clemente distingue a interpretação das palavras de Cristo e sabe dizer que as riquezas são um dom de Deus, moralmente nem boas nem más em si mesmas, porém, sim, de acordo com o uso que delas fazemos. Não são as riquezas que precisamos destruir, mas a maldade de nosso coração.

Ele conserva sábia moderação, ao tocar a dimensão social. Permanece igualmente bom para com o rico e o pobre e procura dar a todos a fé no Senhor, que ajudará o rico a exercer a justiça na caridade, e o pobre a crer na esperança.

"Qual o rico que pode ser salvo?"

1. É preciso condenar, muitas vezes, não o que possui riquezas, mas os que o elogiam, adulam e impedem de ver claro, nas obrigações para com os irmãos.

2. Os ricos que conhecem o poder de Deus e as leis da salvação evitam dois escolhos: o primeiro seria desesperar da misericórdia de Deus, tomando "impensadamente" ao pé da letra, a palavra do Sal-

vador: "É mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus". O segundo, seria compreender o sentido desta palavra, que é uma exortação à vigilância, mas negligenciar o cumprimento das obras de misericórdia, que obtêm a salvação.

3. Os que querem ajudar os ricos convertidos, não os desanimem, lembrando-lhes o peso de sua riqueza, nem tampouco os adulem, mas se lembrem de que a alegria do Senhor é para todos aqueles que observam seus preceitos com fé e confiança.

4. Os ricos, como os pobres, precisam de uma graça espiritual muito forte para compreenderem, através das palavras de Cristo no Evangelho, a mensagem de amor que lhes concerne.

5. Se meditarmos o trecho do jovem que recusa seguir Jesus, façamo-la à verdadeira luz do amor divino.

6. O Cristo começou por dizer que só Deus é **Bom**, só Ele é Senhor da vida eterna, que seu Filho nos dá a conhecer.

7. Uma primeira aplicação nos é pedida: é preciso **crer** nesse Deus bom e conhecê-lo, pois ignorar a Deus é morrer.

8. Para conhecer a Deus é preciso conhecer o Redentor, aquele que dá a graça e a verdade "Pois a lei foi dada por Moisés; a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo" (Jo 1,17) e pedir-lhe, como aquele jovem rico, que nos salve.

9. Jesus sente-se levado a amar esse jovem que busca a verdade.

10. E lhe diz: "se quiseres ser perfeito". Ele oferece a graça, mas respeita a liberdade da escolha: **se quiseres**. O amor, porém, não era bastante forte naquele que busca a verdade, e o jovem foi-se embora.

11. Qual a palavra de Jesus que o afungentou? "Vender o que possuía". Querera dizer que só os que não dispõem de nenhum bem material podem agradar a Deus?

12. Não. O que o Senhor pede é o desapego, a fim de que nossos corações estejam livres. Antes de Jesus, muitos homens renunciaram a suas riquezas, mas as paixões de suas almas se exasperavam ainda mais. A sua suposta virtude os tornava vaidosos, impostores. O Cristo não ordenava, certamente, a seus amigos um procedimento tão desagradável. Se a necessidade daquilo que abandonamos deve amargurar nosso coração, onde está o benefício do despojamento?

13. Vale mais, então, possuir riquezas e socorrer os necessitados.

Clemente põe-nos diante dos olhos a inteira impossibilidade, tanto para os ricos como para os pobres, de serem salvos por si mesmos. E o Senhor dirá, acrescenta: "O que é impossível ao homem, é possível a Deus".

"O Reino não está destinado aos entorpecidos, aos vadios. São os violentos que dele se apoderam". A categoria de rico ou de pobre, neste mundo, não pode, pois, determinar ou privilegiar a salvação

peçoal do homem. O rico e o pobre devem desejar essa salvação. Quando ela lhes é oferecida, não se devem fechar como o jovem rico, mas abrir-se ao dom de Deus.

Qual será, para o rico, a exigência divina, se ele não quiser renunciar aos bens materiais? Será a de repartir, a de ajudar os que não possuem.

Ainda aqui, Clemente (33.15) faz intervir o grande preceito do Senhor: "Não julgueis e não sereis julgados". Não creiam que um é digno de ser ajudado, e o outro, não. Os preceitos fazem cair no erro. Vale mais, diz Clemente, ser enganado exercendo uma caridade sem limites, que recusar auxílio e ser abandonado por Deus. "A caridade encobre a multidão dos pecados". "Se você gosta de se deleitar em seu pecado e em seus prazeres terrestres, não se queixe de Deus ou da riqueza, nem de seus pecados anteriores, pois você é o único artífice de sua morte.

Essa grandeza de Clemente de Alexandria, que põe nas mãos do homem, rico ou pobre, libertado das condições temporárias da existência, a possibilidade da salvação, parece encher de confiança os corações.

Num século em que a falta de medida em tudo, parece às vezes, quase fazer pesar sobre os ricos um peso de danação, decorrente, não de seu pecado, mas das riquezas que lhes são exteriores, a palavra de Clemente é uma luz. Por vezes, atribuíram aos ricos uma consciência tão má, que alguns têm quase vergonha de ser ricos "como se se

tratasse de tara original". A primeira bem-aventurança não pode estar ligada a um nível de vida, a certas situações sociais. Tudo isso é relativo e depende do contexto da civilização. O que é preciso é procurar ter a luz em si, é não ser escravo de alguns bens terrestres, mas ultrapassar tudo o que é contingente, para apegar-se ao Único Necessário.

Basílio, o Grande

Por volta de 330, Basílio veio ao mundo, numa família abastada e sempre teve saúde precária. Morto antes dos cinquenta anos, deixou as marcas de intensa atividade pastoral e literária. Depois de receber o batismo, retirou-se para a solidão. De volta, foi padre e, depois, bispo de Cesaréia na Capadócia. A condição social dos pobres foi sua principal preocupação de pastor. Por eles, despojou-se de todos os seus bens. Não inspira ele o gesto de alguns bispos da América Latina, fazendo o mesmo no século XX? Não é somente agora que a Igreja pensa nos pobres como dizem alguns, de maneira simplista.

"A doutrina social de Basílio vai até às aplicações práticas". Sem tocar no direito de propriedade como tal, ele mostra que a posse de bens materiais impõe obrigações muito graves.

A homilia 6, "Contra a Riqueza", põe o rico diante de seus deveres e mostra que, muitas vezes, ele lhes foge. Um homem ao qual Deus tudo deu e que goza de grandes bens, fecha o coração ao apelo do indigente e vive no mau hu-

mor, na misantropia, no egoísmo. Esquece o conselho dos Provérbios (3,27): “Não recuses um benefício a quem o solicita; benevolência e fidelidade não te abandonem; reparte o teu pão com o faminto”.

Desespero daquele que possui demais e só pensa em possuir ainda. Preocupação, inquietude, angústia, trevas. Tudo isso descrito com palavras, às vezes bem duras, mas tão verdadeiras. “A doença do mau rico não deixa de estar em relação com a gula das pessoas que preferem estourar de indigestão a deixar seus restos aos pobres. Pensa, ó rico, em teu benfeitor, lembra-te de ti mesmo, recorda-te de quem és, dos bens que administras, de quem tos confiou, das razões que te fizeram preferido a tantos outros. És o servo do Deus Santo; não julgues tuas vantagens destinadas a teu ventre. Trata dos bens que tens nas mãos, como se pertencessem a outrem. Guardas tudo trancado atrás de portas e de chaves! A inquietude te impede de dormir e meditas contigo mesmo: que farei? A resposta é simples: Saciarei os esfaimados, abrirei meus celeiros, convidarei os pobres, direi: Vocês todos que mendigam pão, venham à minha casa, as graças, com que Deus me cumulou, pertencem a todos; venham aqui haurir como em fontes públicas”.

Lemos a condenação daqueles que fazem sofrer os fracos. “Não explores a penúria elevando os preços; não esperes a fome para abrir os celeiros; não desejes a miséria pública para teus interesses. Não te tornes o traficante das catástrofes humanas, não envenenes as feridas

dos infelizes, dilaceradas pelos chicotes. Contemplas o teu ouro, sem um olhar para teus irmãos? O brilho do ouro te deslumbra, mas os gemidos dos infortunados te deixam indiferente”.

Se os cristãos de nosso tempo tivesse querido reconhecer, na voz de Basílio, a voz de sua consciência, teria tido o comunismo no mundo, o domínio que conhece sobre nações inteiras?

Não é, por acaso, o mesmo drama de tantos seres humanos, nos países economicamente pobres que, num contexto um tanto diferente, vemos aqui descrito por Basílio?

Miséria do pobre. “O infeliz revista toda a sua casa; ali não vê nenhum ouro e sabe que nunca haverá. Seus móveis e suas vestes miseráveis, como sempre entre os pobres, não lhe lucrarão ao todo senão alguns óbulos. Que fazer? Olha então, para os filhos. Se os levar ao mercado, conseguirá adiar-lhes a morte. Imaginem aqui o combate que a fome desperta no amor paterno. Um o ameaça de morte horrível, o outro o puxa e suplica que se deixe morrer com os filhos. Hesita longamente, dividido entre esses sentimentos contraditórios. Mas, enfim, sucumbe, alquebrado pela implacável e cruel necessidade. E então, quantas perplexidades novas! Qual deles venderei primeiro? Qual agradará mais ao mercador de trigo? Deixar-lhe-ei o primogênito? Não, respeito o seu direito de mais velho. O pequeno, então? Não, tenho dó desta criança, demasiado nova ainda para compreender a sua desgraça. Este é o retrato vivo da

mãe. Aquele é tão apto para o estudo. Ah! Quantas incertezas! Que fazer? Sobre qual deles vou lançar-me? Será preciso que eu me transforme em animal selvagem? Como posso esquecer a natureza? Mas, se ficar com todos, eu os verei morrer todos de inanição. Se sacrificar um deles, com que olhos verei os outros que desconfiarão de mim como de um traidor? Como poderei eu permanecer nesta casa em que terei trazido a desolação? Como me sentarei numa mesa sustentada por esse preço? E, inundado de lágrimas, ele parte enfim para vender o mais amado de seus filhos”.

Essa página, a mais bela talvez das homilias de Basílio, faz clamar a miséria do pobre diante do rico egoísta, insensível a essa dor, murmurando em sua loucura: “Minha alma, tens muitos bens em reserva, para numerosos anos. Descansa, come, bebe, festeja cada dia”.

“O esfomeado perece, o desnudo treme de frio. O indivíduo suicida-se, mas tu, tu deixas tua esmola para amanhã. Só tens uma palavra nos lábios: Nada tenho, nada posso dar. Sim; és pobre, pobre de humanidade, pobre de fé, pobre de esperança eterna. Reparte tua messe com teus irmãos. Reparte essas colheitas que amanhã terão apodrecido. Tais são os ricos; dos bens comuns que eles açambarcaram, dizem-se os donos, porque foram os primeiros ocupantes. Pertence ao faminto o pão que guardas. Ao homem nu, a capa que escondem os teus cofres. Ao descalço, os sapatos que apodrecem em tua casa. Aos indigentes, o dinheiro que guardas escondido”.

Não se parece com a voz de João XXIII que, com acentos mais fraternos, retoma a eterna lição de Igreja? “Achamo-nos hoje, colocados diante desta pesada tarefa: tornar a civilização moderna conforme a uma ordem verdadeiramente humana e aos princípios do Evangelho”. Não é também a voz de Pio XII, em sua mensagem de Natal de 1942. “O respeito da pessoa humana e de seus direitos, a unidade da família, a grandeza do trabalho humano com todas as suas exigências de reformas sociais, a proteção dos direitos do homem contra os atos arbitrários de qualquer poder mais forte; um conceito das riquezas a serviço da sociedade, do homem e de seu destino”.

No ano 300, como no século XX, a Igreja do Cristo é a voz de Deus que desperta as consciências adormecidas. Basílio conclui sua homília com palavras de caridade para com aqueles que acusou fortemente. Em seu coração de Pastor, há lugar para todos, pois todos lhe foram confiados por Deus.

“Resolve-te, pois, ao melhor partido e tuas riquezas se tornem o preço de tua salvação e te conduzam aos bens celestes que te serão preparados. Pela graça daquele que nos chamou todos a seu Reino, a quem pertencem a glória e o poder, pelos séculos dos séculos”.

Gregório Nazianzeno

Sensibilidade ardente, mais poeta que pastor, Gregório da Nazianzo era da Capadócia como Basílio. Mais inclinado à meditação que à

ação, ele não chega ao vigor de Basílio, mas sua emoção diante do sofrimento humano, é demasiado sincera para não sacudir seus ouvintes. Todo o debate do homem perante o mal, da dor e da miséria, deve levá-lo a descobrir a verdade, pois “se seu destino é obscuro, clara é sua finalidade”.

Desde o início da sua homilia: **“Do amor dos pobres”**, o autor se mostra solidário daqueles cuja miséria descreve:

“Irmãos e companheiros de minha miséria, pois somos todos pobres, todos sentimos fome da **graça** divina”. Já é, não uma visão social em suas aplicações práticas, como Basílio, mas a perspectiva espiritual da pobreza e a consciência de nossa indigência, de todos nós, perante Deus.

“Rezai para que minha palavra saiba enriquecer-vos e saciar vossas almas; possa ela amassar o pão espiritual de que estais famintos”.

Após um “catálogo das virtudes”, que nos deixa menos entusiastas, Gregório Nazianzeno mostra a grandeza da misericórdia.

“É preciso abrir-nos, com todo o nosso ser, a todos os pobres e a todos os desgraçados, seja qual for o nome de seus sofrimentos. Não somos nós homens como eles? Façamo-lhes, pois, crédito de nossa caridade”.

O problema da doença parece ter uma importância muito grande para o autor:

“Mas os homens, que caem inopinadamente na desgraça, parecem-

me merecer maior compaixão ainda. Penso, em particular, nas vítimas de uma doença maldita, em que a carne “apodrece até os ossos e à medula”, conforme à ameaça do profeta Isaias. Pouco a pouco, abandona-se esse corpo que eram apenas dores, vergonha, mentira. Mas, que mistério me une a meu corpo? Ignoro-o. E como sou a imagem de Deus, sendo feito de barro?”

Todo o problema do mal no homem, todo o conflito entre o espírito e a carne parece estar muito presente a Gregório, quando medita a pobreza de nossa condição humana. Como todos os contemplativos, ele alarga e atualiza, ao interiorizar.

O primeiro pobre, em que devemos pensar, é nosso próprio corpo. “Como minha carne é semelhante motivo de compaixão, bem como minha fraqueza, revelada nos males de outrem, é preciso, meus irmãos, cuidar desse companheiro de sofrimento, que é o nosso próprio corpo. Embora o acuse de ser meu inimigo pelas desordens que lança em minha alma, eu lhe quero como a um irmão, por respeito àquele que nos reuniu. Cuidemos da saúde de nosso próximo, tão atentamente como da nossa”.

Essas expressões tão humanas e que parecem abrir nossos corações ao aspecto, tão negligenciado, às vezes, pelos de boa saúde: a pobreza da doença, é uma das mais profundas idéias da homilia que estamos estudando. Quantos estão bastante purificados, para saberem entrar no problema do sofrimento cor-

poral, com todo o respeito e o amor que ele exige?

Ao contrário do que nos dizem, às vezes, é preciso ir primeiro ao sofrimento físico e, em seguida, depois de o ter abrandado, falar de Deus, Gregório não separa o pensamento espiritual do socorro material:

“Dai àquele que vos pede, e mesmo antes que peça, fazendo-lhe esmola e empréstimo da doutrina, e reclamando vossa dívida com os seus jurros, isto é, que faça frutificar a doutrina, deixando crescer, pouco a pouco, a semente lançada em seu coração”.

É a grande lição vivida por tantos santos, sobretudo pelo grande S. Vicente de Paulo. Ele dizia a suas filhas, falando da esmola aos pobres: “Dá-lhes o teu coração para fazer-lhes esquecer o pão que lhes dá”. Nós a encontramos aqui na esplêndida delicadeza de um coração sensível: “Prodigalizai, mesmo que sejam os menores socorros ao indigente. Vossa boa vontade supra a insignificância de vosso presente. E se nada possuis, oferecei-lhe vossas lágrimas. Vossa compaixão, brotada do coração, lhe fará bem, pois uma compaixão sincera ameniza o amargor do sofrimento”.

Perante o mistério da pobreza e da dor no mundo, somos convidados a **crer** no amor de Deus que vela por nós, mesmo quando tudo nos parece obscuro.

“E creiamos que Deus vela atentamente por nossas vidas, quer o chamemos Criador ou Artífice. Está nossa existência tramada de contra-

dições? Talvez a sua compreensão não nos seja recusada, senão para inspirar-nos admiração, em favor de nossa dificuldade em compreender, pelo motivo que domina tudo. Pois, o que se compreende facilmente, é logo desprezado. Quanto mais difícil for o que nos ultrapassa, mais o admiramos”.

E vai mais longe ainda.

“O rico e o pobre encontram-se; o Senhor os fez a ambos. Rico e pobre se encontram; foi o Senhor que criou a ambos (Prov 22,2). Não imaginem que Deus os criou assim, um e outro, para tirar disso um motivo para nos erguer contra o pobre, pois não estou certo de que a distinção entre ricos e pobres venha de Deus. Um e outro são igualmente a obra do Senhor, como diz a Escritura, embora suas condições exteriores possam parecer tão opostas”.

O apelo final à caridade que nos une a todos, põe a misericórdia acima do sacrifício, na mais evangélica exigência: “Assistam a Cristo, socorram a Cristo, alimentem-se de Cristo, revistam-se de Cristo, acolham a Cristo, honrem a Cristo, não só convidando-O a suas mesas, como alguns o fizeram, ou cobrindo-O de perfume, como Maria Madalena, ou depositando-O num sepulcro como José de Arimatéia, ou procedendo aos deveres fúnebres, como Nicodemos, que só amava a Jesus pela metade. Nem com o ouro, o incenso e a mirra, como fizeram os Magos antes daqueles. O Senhor do universo deseja **nossa** misericórdia em vez de sacrifícios, e nossa **compaixão** de preferência a milhares de

cordeiros; apresentemos-lhe pois, pelas mãos desses infelizes e, no dia em que deixarmos este mundo, eles nos receberão nos tabernáculos eternos”.

Gregório de Nissa

Irmão mais moço de Basílio, tendo sido nomeado leitor, casou-se. Após brilhantes estudos, consagrou-se à vida ascética e chegou mais tarde a ser padre. Basílio confiou-lhe o bispado de Nissa (à leste da Turquia atual).

Filósofo e místico, espírito vigoroso, Gregório de Nissa atacou também os males sociais de seu tempo. Sua doutrina repousa na unidade do mundo e dos homens. A riqueza é má na medida em que viola essa unidade.

Examinemos em seu **“Sermão sobre os usurários”**, o desenvolvimento dessa doutrina: “Tu, para quem falo, seja quem fores, detesta o regatear. És homem, ama os homens e não o dinheiro. És a morte dos que dão e dos que recebem. És doce, mas essa doçura, amanhã se mudará em veneno. Barras o caminho da vida. Fecha as portas do Reino. Não dês as costas àquele que quer de ti um empréstimo. Sua pobreza o lança a teus joelhos e o prega à tua porta. Em sua miséria, ele vem buscar refúgio junto de teus bens, esperando que o ampares. Mas dá-se o contrário. Cobres de males aquele que chora, feres aquele que já está ferido, acrescentas preocupações à sua preocupação, penas, à sua pena. Empréstado-lhe o teu ouro a juros, tu lhe dás os penhores de sua pobreza e é a rui-

na que te leva de volta para casa, sob capa de caridade”.

Aos que esta linguagem espanta o autor não traz senão as certezas do Evangelho. Ele exige a confiança absoluta em Deus, a quem pertencem o céu e a terra.

“E se pensas que te conto aqui extravagância, posso dar-te o testemunho de que Deus reembolsa centuplicadamente os fiéis que distribuem sua fortuna em esmolas: Então — perguntava Pedro — nós deixamos tudo e te seguimos. Qual será nossa parte? E Jesus respondeu: Em verdade vos digo, quem tiver deixado, por mim, casa, irmãos, irmãs, pai, mãe, mulher, filhos ou campos, receberá o cêntuplo e terá como partilha a vida eterna”.

Gregório de Nissa opõe à usura sórdida do homem apegado ao dinheiro, a munificência de Deus que paga o cêntuplo ao homem que não oprime seu irmão.

Ele amaldiçoa as riquezas na medida em que aqueles que as possuem renegam as relações de colaboração fraterna. Infelizmente essa atitude não se acha ausente do mundo em que vivemos. A elevação do nível de vida de indivíduos, de classes, de nações, se faz às custas de massas subdesenvolvidas, cujas misérias, às vezes, temos pressa de publicar. E será sempre para remediá-las?

O autor não deixa tampouco, aos que possuem a segurança trazida pelas riquezas, outras certezas interiores a não ser as da fé. Destrói neles o sentimento de poder, de in-

dependência, de êxito, trazido pelo dinheiro e que incita o homem a pôr-se no lugar de Deus.

A morte do usurário, atormentado pelo remorso, inquieto e perturbado na consciência, deixando os filhos na necessidade, pois nem mesmo a eles tinha revelado o local onde se escondia o seu ouro, não poderá ser também a de tantos homens que, em nossos dias, só pensam em servir ao egoísmo avaro de seu dinheiro, e deixam na penúria, os empregados, os amigos, os que poderiam esperar deles, ajuda eficaz?

Quantas vezes o comércio em regiões pobres e deserdadas toma forma de dádiva, quando o peso dessa dádiva recai fortemente sobre os que a recebem. Devem pagar preço bem alto pelo que parece lhes ser oferecido. Não é bem esta a história de tantas transações nacionais e internacionais em nossos dias?

“O empréstimo, nos diz Gregório de Nissa, é uma variante do donativo, mas com a condição de se emprestar sem usura nem juro, como o exige a palavra divina. O mesmo suplício espera aquele que não empresta e aquele que empresta a juros. Um está convencido de egoísmo; o outro, de desonestidade. Mas essas palavras passam de um extremo a outro, quando anunciam que suspendem qualquer espécie de donativo: Nada daremos, declaram eles, se não fizermos mercado de usura”.

Isso não quer dizer que são apenas os que possuem muitas riquezas, que podem cair nesses erros.

Lembremo-nos de que o Evangelho nos fala daqueles a quem toda dívida é perdoada e que, entretanto, oprimem os mais fracos. Nossas deficiências e nossas posses são sempre ambíguas; somos, ao mesmo tempo, bons e maus ricos, bons e maus pobres.

Gregório de Nissa conhecia bem a miséria moral de uns e de outros, e acaba com essas palavras o seu discurso: “Ataquei bastante os usurários; possa Deus inspirar-lhes arrependimento. Quanto aos que pedem emprestado, a torto e a direito, acho que nosso divino pai Basílio já os avisou suficientemente, no texto em que se dirige mais ao que pede temerariamente que ao sórdido usurário”.

João Crisóstomo

João, quer trazer ao século IV o espírito dos apóstolos e fazer soar as exigências evangélicas. Jovem brilhante, cercado de êxitos aos quais renuncia, para abraçar a vida monástica. Depois de intensa atividade em Antioquia, onde a caridade para com os homens o levava de volta, recebeu a mais alta dignidade do Oriente cristão: tornou-se patriarca de Constantinopla.

Perseguidos pelos poderosos a quem sabia dizer a verdade, nunca foi abandonado pelo povo, que lhe permaneceu fiel. Em toda parte, João Crisóstomo será o advogado dos pequenos e dos pobres, cuja dignidade soube defender.

Na “Homilia sobre o pobre Lázaro”, os prazeres alcançados pela riqueza são severamente condena-

dos: "Se pois, não quizerdes tornarvos mais brutos que os brutos, ide da mesa à oração; e não, da mesa à cama; o próprio Cristo no-lo mostrou claramente quando, no deserto, saciou as multidões e não as mandou dormir, mas convidou-as a ouvirem-lhe a palavra sagrada. O rico vive no meio de mil prazeres, mas prepara-se para as chamas ardentes".

A censura lançada contra o excesso de conforto e de comodidade deve ter perturbado os inveterados em seus hábitos egoístas. A ociosidade leva a perder de vista os deveres para com os nossos irmãos. Todavia, o pobre Lázaro não julgava o rico, ocupado unicamente com o seu próprio bem-estar; dele esperava apenas a caridade que lhe era recusada, sem maldizer nem blasfemar.

Qual a pobreza que afligia Lázaro? A privação dos bens materiais, a doença, a solidão e o abandono, o desprezo dos que passavam, o contraste de sua própria pena com a opulência do rico, a ausência de um companheiro de infortúnio, o julgamento severo daqueles que ligavam sua sorte a algum castigo dos pecados, a duração de seus males que pareciam não ter fim. E o rico parecia não se aperceber dessa miséria.

João Crisóstomo, entretanto, desvenda o mistério dessa consciência e mostra como o rico, apesar das aparências, não cessa de acusar a si próprio, parece temer qualquer ameaça e qualquer perigo. Ele teme as ruas estreitas e obscuras, tem medo de uma sombra, desconfia de

seus servos e de seus cúmplices, arrastando em toda parte o seu remorso. Esse é o suplício dos que cometem rapinas, têm ganhos fraudulentos, vivem no pecado.

Ele lhe opõe a boa consciência do pobre Lázaro, que gozava de paz do coração.

A felicidade da amizade divina, possuída desde este mundo, João Crisóstomo a coloca no coração do pobre: "Não digamos mais: se Deus amasse o pobre não o teria deixado na desgraça. Repilamos essas vãs opiniões. A prosperidade atual dos ricos não deve fazer que os olhe-mos como felizes; chamemo-los infelizes, por causa do terrível julgamento, das penas inevitáveis que serão sua parte eterna".

E, como verdadeiro pai, João Crisóstomo termina com a nota de confiança: "Não paremos no exterior de cada um; perscrutemos a consciência. Ricos ou pobres, esforcemo-nos por imitar Lázaro. Ele teve que sustentar, não apenas um assalto, nem dois ou três; teve que enfrentá-los quase todos; é por isso que o Cristo, de certo modo, expôs o exemplo desse justo, a fim de que, se por nossa vez cairmos na adversidade, meditemos no excesso de suas aplicações e delas retiremos coragem e consolo".

A pobreza parece tomar aqui valor de *signal*. Ela desvenda a face de Deus que o pobre Lázaro revela ao mundo. Através da meditação proposta a nosso espírito, na fé e no amor, é o Cristo pobre que contemplamos e que o mau rico não soube reconhecer. Mistério da po-

breza encarnada naquele de que o Evangelho nos diz: "Vós o reconhecereis a esse sinal: achareis um recém-nascido envolto em faixas e posto numa manjedoura" (Lc 2,12).

Conclusão

É certo que se mudaram as circunstâncias sociais e econômicas que permitiram a estes grandes Padres falar como falaram. Mas muito do que disseram continua a tocar também o homem de hoje e nos contesta a fundo.

O que fica bem claro é que é do sentido de Deus que decorre o verdadeiro sentido de pobreza. Nem

sempre são os homens mais desprovidos os que têm um coração de pobre. Tampouco são os culpados de maiores crimes os que se reconhecem pecadores. Somente à luz de Deus o homem conhece e aceita a sua indigência e só isto o pode transformar diante do outro homem. Pobres, nós o seremos sempre mais, diante daquele que se nos comunica como a plenitude que enriquece, mas que se oculta para poder comunicar-se e falar, na linguagem pobre da nossa humanidade a Palavra divina que só assim podemos entender. A pobreza só pode ser vivida na fé e um verdadeiro coração de pobre será sempre um dom de próprio Deus.

VIDA RELIGIOSA E MISSÃO. A CAMINHADA EM NOSSOS DIAS DE UMA CONGREGAÇÃO DE OUTROS TEMPOS

Ir. Yolanda Setúbal, CSA

Introdução

O objetivo deste trabalho é partilhar os passos dados por uma Congregação Religiosa feminina na direção de uma compreensão mais clara da **Missão**, hoje, no mundo. Na necessidade de fazer uma escolha entre os múltiplos aspectos a serem abordados, optamos por descrever o processo, tentar estabelecer algumas etapas e reconhecer o passo progressivo e libertador.

Processo dialético: impossível separar reflexão e vida. A explosão da vida encontra na reflexão seu ca-

minho. A reflexão tem seu ponto de partida e sua meta na leitura evangélica da realidade. Seria bom conseguir dar um panorama completo, incluindo a análise da vida. Na impossibilidade de fazê-lo, ativemo-nos à reflexão, ao planejamento global, às tomadas de posição e às prioridades estabelecidas. Escolhemos um período de 10 anos (a partir de 1966). Isto facilita a compreensão do processo.

Expomos aqui aos olhares dos que se interessarem a transformação de uma Congregação. Sua fundadora nasceu em 1576. Em 1598, começou com algumas companheiras

uma pequena escolinha em Poussay, na Lorena (França) para responder à necessidade urgente de educar meninas, que não recebiam instrução alguma. Segundo o espírito da época, a vida apostólica, que Alix Le Clerc desejava, teve que se enquadrar num estilo de vida monástico. Só em 1966 e, especialmente, em 1969, a Santa Sé reconheceu, a pedido das Irmãs, a vida apostólica como o carisma essencial da Congregação e, a partir dessa redefinição, todas as consequências estão sendo vividas.

Tentamos descobrir, na documentação interna da Congregação, uma pedagogia para a ação missionária, partindo da vida, através da sensibilização paulatina das Irmãs à realidade. Todo esse processo está profundamente ligado e influenciado pelo movimento desencadeado, na Igreja, pelo Concílio; na América Latina, por Medellín; no Brasil, pelos documentos, publicações e vida da CNBB e CRB, assim como pela palavra e pelo exemplo de tantos amigos que nos ajudaram e nos ajudam nesse caminhar.

Congregação: Cônegas de Santo Agostinho da Congregação de Nossa Senhora. Vicariato do Brasil: 137 Irmãs.

Processo de aprofundamento da Missão

Primeira etapa: caracterizada pelo esforço de mentalização das Irmãs e pela revisão das obras mantidas pela Congregação.

Segunda etapa: caracterizada por posicionamentos mais incisivos quanto à missão.

Terceira etapa: caracterizada pelos esforços para se chegar a um consenso sobre a atuação missionária da Congregação, respeitado o pluralismo das diversas opções pessoais.

Primeira etapa

1. Algumas **iniciativas** denotam o esforço de mentalização:

Preparação das Irmãs: (1966-71). Além dos encontros habituais da Congregação, foram realizados, tendo em vista a Missão:

◆ Semanas intensivas de reflexão e estudo para as Irmãs que trabalham nos setores de pastoral, serviço social e enfermagem: 1966.

◆ Reciclagem de todas as Irmãs, com a finalidade de refletir sobre a Vida Religiosa, à luz dos documentos conciliares: 1967 — 1968 — 1969.

Estudo nas Comunidades: 1970 — tema de estudos para todas as Comunidades: “Como a Vida Religiosa pode se expressar num novo estilo e qual o sentido e as condições que justificam a criação de pequenas comunidades”.

Encontros das Irmãs: 1971 — Irmãs que assumiram novos campos de Missão, Irmãs que trabalham em obras mantidas pela Congregação.

Desde 1955, foi intensificada a qualificação profissional de todas as Irmãs.

2. Estudo e Avaliação das Obras: (1966-1969). Uma comissão criada com essa finalidade apresentou relatório, a 12 de novembro de 1966, do qual extraímos os seguintes itens e as conclusões:

◆ Estudo da orientação fundamental do nosso apostolado, baseado nos Documentos Conciliares e nas Diretrizes do Capítulo Geral de 1966.

◆ Estudo do Plano de Pastoral de conjunto da CNBB (1966-1970).

◆ Estudo da realidade brasileira: herança histórica; problemas geográficos; problemas econômicos; problema político.

◆ Estudo da realidade educacional brasileira: Estudo do Plano Nacional de Educação. Radiografia da educação no Brasil. Situação de nossas obras (1966).

Conclusões:

“... A partir desses estudos e colocando a educação (compreendida no seu sentido mais amplo) como a nossa missão específica na Igreja, chegamos à opção por atender as urgências do Brasil, dando prioridade: ● aos menos favorecidos, que são os mais numerosos; ● à formação de “multiplicadores”.

A comissão propôs ao Conselho do Vicariato o exame desses estudos e das conclusões e sugeriu, caso a linha geral fosse aceita, o confronto entre as obras atuais e essas perspectivas”.

Esse cotejo foi feito, por meio de um Questionário sobre as Obras, dirigido também a todas as Irmãs

do Vicariato. O trabalho foi levado ao Capítulo Geral Especial de 1969 e muitas das decisões concretizadas.

Segunda etapa

Alguns documentos internos da Congregação revelam e impulsionam tanto a mudança de mentalidade como a sua tradução em ação.

1. Conclusões da Assembléia Vicarial — 1969. Esse texto, preparado por meio de vários estudos anteriores, nos quais o Documento de Medellín teve grande influência, foi redigido com a finalidade de apresentar ao Capítulo Geral Especial de Julho de 1969 as sugestões do Vicariato do Brasil. Extraímos o item relativo à **Missão na Igreja**.

Dados da Questão

A nossa consagração, da qual decorre a Missão de serviço a todos os homens, se concretiza em tarefas que correspondem às necessidades do mundo atual. A promoção integral do homem é indiscutivelmente a nossa tarefa. Ela constitui uma libertação que resulta da consciência que o homem adquire da sua própria dignidade, de uma criticidade geradora de autonomia e de uma criatividade que lhe permita construir o seu próprio destino. Colaborar nessa libertação do homem é participar da obra criadora e redentora de Deus.

.... Urge de nossa parte uma inserção adequada, que nos permita caminhar com os homens. Caminhar junto supõe que levemos em conta no planejamento e na revisão das obras, as características do mun-

do moderno, tais como a socialização, a dessacralização e o pluralismo.

Proposições

1.^a — Propomo-nos a aceitar as exigências de aprofundamento da vida religiosa e de disponibilidade em todos os sentidos decorrentes de uma inserção corajosa, para servir melhor.

2.^a — O compromisso de servir os homens exige que se dê prioridade à promoção dos menos favorecidos e impossibilitados nas atuais condições de se promoverem por si mesmos.

3.^a — O planejamento e a revisão das obras do Vicariato realizar-se-ão com assessoria técnica levando em conta as prioridades do serviço da Igreja do Brasil e a nossa possibilidade de realizar um serviço apostólico eficiente.

2. Capítulo Geral Especial de 1969. "VIDA APOSTÓLICA" (excertos).

"FUNDAMENTOS": "A mim me foi dada a graça de anunciar entre as nações a insondável riqueza de Cristo" (Ef 3, 8-9). Anunciar a salvação de Jesus Cristo é: ● trabalhar para a promoção do homem e para sua libertação em Cristo; ● encarnar a caridade de Cristo em nossa vida; ● anunciar explicitamente a Palavra de Deus.

Todo cristão é chamado a proclamar a Boa Nova; é esse o objeto de nossa vocação.

"Nesse caminho, (para o desenvolvimento da humanidade) todos somos solidários. A todos, quise-mos nós lembrar a amplitude do drama e a urgência da obra que se pretende realizar. Soou a hora da ação. Estão em jogo a sobrevivência de tantas e tantas famílias infelizes, a paz do mundo e o futuro da civilização. Que todos os homens e todos os povos assumam as suas responsabilidades" (P.P. n.º 80).

Para servir utilmente à promoção do homem, hoje, devemos aceitar novas maneiras de trabalhar em sua educação e alargar o campo de nossos engajamentos pessoais e comunitários. Seremos, pois, fiéis à Igreja e a nossos fundadores ao considerarmos que tudo quanto pode servir à promoção humana integral corresponde à nossa vocação de educadores.

ORIENTAÇÕES:

Condições para uma educação integral e permanente:

◆ Trabalhar na promoção do homem supõe que nos ponhamos a serviço daqueles com os quais estamos em relação para ajudar cada um a ser o agente de sua própria promoção.

◆ A diversidade dos chamados e dos carismas de cada uma das Irmãs exige a diversidade das respostas no seio das comunidades e da Congregação.

◆ O apelo do Espírito Santo é dirigido a cada pessoa. Cabe, pois, a cada Irmã, em primeiro lugar, a responsabilidade de procurar o serviço a que é chamada. Essa busca

faz-se em diálogo e em solidariedade com a comunidade e a Congregação.

Objetivos de uma educação integral e permanente:

◆ A escola continuará a ser um meio eficaz para a promoção humana se consentir em se transformar segundo as necessidades atuais do mundo. Em certos casos, porém, o próprio valor do esforço para a educação escolar cristã está comprometido pelas condições (de ordem política, econômica, social, cultural...) nas quais se realiza. Precisamos tomar consciência disso, interrogar-nos sobre a função da escola na sociedade e analisar, à luz do Evangelho, os valores sobre que se assenta essa sociedade.

◆ Toda sociedade compreende estruturas de opressão e, em parte, delas somos solidários. Desejamos por isso considerar prioritariamente o serviço das pessoas ou dos setores menos favorecidos. Engajar-nos nesse sentido, exige de nós discernimento e dessolidarização de todas as formas de injustiça social.

◆ Num mundo em vias de secularização, o serviço do homem se faz cada vez mais nas instituições e nas condições de trabalho comuns a todos. Daí para nós a necessidade de um esforço de lucidez e um certo afastamento das instituições confessionais e, conseqüentemente, das nossas próprias instituições.

Realizações da comunhão:

É na participação nesse movimento da humanidade para sua promo-

ção que a comunidade cristã revela Jesus Cristo. A autenticidade de seu relacionamento fraterno com o ambiente permite-lhe expressar que Ele é sua unidade e seu dinamismo. Com efeito, partilhar a vida e os problemas dos homens de nosso tempo é condição necessária à evangelização e sinal de respeito e de amor aos nossos irmãos. Isso exige de nós que passemos de uma atitude de separação a uma atitude de comunhão que tornará nossa vida uma linguagem compreensível.

3. Plano da Assembléia Vicarial de fevereiro de 1971. No item: "Missão". De maneira concreta, a Assembléia propõe à Coordenação do Vicariato:

◆ Promoção de oportunidades de revitalização do dinamismo missionário (encontros diversificados, visitas dos membros da Coordenação, etc.).

◆ Estudo dos campos prioritários de Missão a partir dos apelos da Igreja no Brasil de hoje e das aspirações e carismas das religiosas.

◆ Intensificação do nosso engajamento na pastoral de conjunto.

◆ Reflexão sobre o sentido da profissionalização em relação à Missão.

◆ Incentivo do processo de revisão de nossas obras, tendo como critério nossa perspectiva de Missão.

O início desta etapa foi marcada pela Assembléia da Região de São Paulo, em maio de 71, onde se evidenciou a necessidade de uma reflexão conjunta de todas as Irmãs para chegarem a um consenso so-

bre a atuação missionária da Congregação, respeitado o pluralismo das diversas opções pessoais. Decidiu-se, naquela Assembléia, realizar um Seminário de Promoção Humana com essa finalidade e o convite foi aberto a todas as Irmãs do Vicariato.

Primeiro Seminário de Promoção Humana — 1972

Data: 29 a 31 de janeiro de 1972.
Local: São Paulo, SP. **Objetivo:** Definir a promoção humana na educação do século XX, diante da técnica. Descobrir a dinâmica própria da Congregação face às exigências de nossa época, valorizando e aproveitando os diferentes potenciais existentes nas religiosas. Coesão do grupo religioso nas linhas promocionais indicadas pelo Seminário.

N.º de participantes: 82. **Metodologia:**

1.º Dia — Idealização: Trabalho em grupo para se discutir como seria uma congregação religiosa voltada para a promoção humana nas áreas de educação, saúde, habitação, lazer, comunicação, evangelização, formação de comunidades junto aos trabalhadores e junto aos centros de decisão. Cada grupo se encarregou de uma dessas áreas.

2.º Dia — Confronto com a realidade: Aproveitando a reflexão feita, os grupos realizaram painéis integrados de todas as áreas acima indicadas e em seguida confrontaram o projeto idealizado com a realidade.

3.º Dia — Linhas Gerais de ação: Formaram-se grupos por Regiões para planificação das linhas de ação.

Avaliação do 1.º Seminário de Promoção Humana — 1972. Segundo as Irmãs que responderam ao questionário de avaliação, o Seminário foi considerado muito bom e proveitoso:

◆ **Pela organização e método** empregado, fazendo apelo à imaginação e à criatividade, permitindo a participação e a expressão de todas, isto é, na expressão de algumas, “a nossa própria promoção”.

◆ **Pelo conteúdo das reflexões**, que, embora considerado por algumas como teórico, ou utópico, ou superficial quanto à promoção humana propriamente dita, proporcionou: maior consciência da missão; uma abertura de horizontes; uma visão mais ampla dos problemas da promoção humana e uma consciência mais aguda da sua gravidade; uma re colocação de certos aspectos do trabalho apostólico; um conceito comum de promoção humana, na congregação.

◆ **Pelo clima** de amizade e serenidade, respeitando-se um pluralismo de visões e formas de trabalho, e uma descoberta mútua de pessoas, grupos e gerações.

◆ **Pela opção**, contida nas reflexões e planos, por uma dedicação prioritária ao serviço da promoção dos mais necessitados e oprimidos.

◆ **Pelo resultado** mais sensível e marcante, que foi a tomada de consciência de uma unidade existente na Congregação, reafirmada

no desejo comum de ser fiéis à nossa vocação de serviço a Jesus Cristo através da libertação e promoção de nossos irmãos. A redescoberta de uma unidade e vitalidade na Congregação significaram um novo "elan" para as participantes.

◆ **Pelas realizações concretas** que produziu, embora tenham sido mais restritas do que os planejamentos feitos.

Segundo Seminário de Promoção Humana — 1973

Data: 25 a 27 de janeiro de 1973.
Local: São Paulo, SP. **Objetivos:** Dar sequência à reflexão realizada durante o Primeiro Seminário, prolongada e concretizada de diferentes maneiras nas atividades desenvolvidas em 1972, e responder ao apelo em prol da justiça no mundo, lançado pelo último Capítulo Geral, em consonância com a Igreja.

Nº de participantes: 71. **Metodologia:**

1. Estudo do texto fundamental do Capítulo Geral de 1972: **"JUSTIÇA"**.

"Com mais urgência do que nunca, chega até vós o clamor dos pobres, emergindo de sua dor pessoal e de sua miséria coletiva. Em um mundo em pleno desenvolvimento, essa persistência das massas e dos indivíduos na miséria é um apelo premente a uma conversão de mentalidades e atitudes, especialmente para vós que seguis de mais perto o Cristo em sua condição terrestre de aniquilamento" **Evangelica Testificatio**, 17).

Interpelado vivamente por esta urgência, o Capítulo propõe a toda a Congregação — Comunidade e Irmãs — que procedamos a uma análise leal das situações de injustiças e de suas implicações, a fim de chegar a uma linha de ação.

É indispensável que cada uma se sinta interpelada, que situe sua responsabilidade e saiba discernir quais as realizações a que são chamadas a participar. Que possamos partir para a caminhada, cheias de esperança, na certeza de responder a este apelo primordial, que hoje nos dirigem o mundo e a Igreja.

2. Reflexão a respeito da justiça no campo internacional, nacional, eclesial, congregacional e pessoal. Utilização de um material especialmente elaborado para esse fim, com o objetivo de desenvolver o hábito de pesquisa e despertar para um maior senso crítico. Diante da abundância do material e da complexidade do assunto, optou-se por lançar apenas o trabalho, que seria, posteriormente, retomado, com vagar, ou individualmente ou grupos.

3. Uso de um quadro de referência. A Comissão preparatória fez uma pesquisa dos possíveis tipos de ação em prol da justiça e sobre as diversas interpretações dos fatos, em que essas ações se apóiam. Para apresentar essa pesquisa de modo suscinto, organizou um quadro que parece encerrar as reflexões e questões mais debatidas entre nós e que pode servir como quadro de análise e de referência.

Avaliação do Seminário de 1973.
Depoimentos das Irmãs:

◆ Verificamos que não somos coerentes na busca da justiça porque não somos suficientemente livres interiormente e tememos perder segurança e nosso prestígio.

◆ Achamos que, para prosseguir e intensificar o nosso trabalho pela justiça, precisamos nos comprometer umas com as outras, de modo que todas assumam solidariamente as consequências que a ação de qualquer uma de nós possa acarretar.

◆ Das discussões que tivemos, uma das conclusões que nos pareceu importante foi: um apelo foi feito aos religiosos na Igreja, e a nós no meio deles, a fim de nos tornarmos cada vez mais capazes de rever de maneira séria, não só individualmente, mas como grupo, a eficiência dos nossos engajamentos na linha da justiça. À vista disso, perguntamo-nos:

1.º — Se a escolha que fazemos do tipo de trabalho, na instituição em que nos engajamos e das que mantemos, responde ao grito dos menos favorecidos, que no Brasil, de hoje parece ser um apelo forte e prioritário.

2.º — Se nossos engajamentos estão sendo pela justiça ou somente para diminuir os efeitos das injustiças.

◆ Constatamos que para trabalhar pela justiça, precisamos estar bem informadas. Conhecer as publicações, oficiais ou não, relacionadas com a justiça, e utilizá-las no nosso trabalho.

Terceiro Seminário de Promoção Humana — 1974

Data: 22 a 24 de janeiro de 1974.
Local: São Paulo, SP. **Tema:** “Na luta pela justiça sempre confrontar a situação com o Evangelho. Para nos mantermos dentro da linha evangélica, precisamos estar vigilantes a fim de não perdermos nossa identidade de mulheres consagradas a Jesus Cristo. Isso só será possível se reservarmos tempos fortes de oração, estudo e reflexão”.

Dessa linha condutora destacaram-se três temas fundamentais que constituíram o conteúdo teológico do Seminário: **1.** O homem escravo sem Jesus Cristo (1.º dia). **2.** O homem novo com Jesus Cristo (2.º dia). **3.** O discernimento segundo o Espírito (3.º dia).

Esse conteúdo exposto de maneira especial nas proposições feitas pelas Irmãs, foi vivido nas liturgias, na partilha dos grupos, nos encontros informais, dentro de um clima de escuta, de respeito e de valorização de umas para com as outras.

Metodologia. Buscou-se uma metodologia que facilitasse a comunicação e respondesse ao espírito de respeito e de partilha entre as Irmãs. Tudo isso no intuito de possibilitar a expressão de cada uma, num clima de liberdade.

Avaliação do Terceiro Seminário de Promoção Humana — 1974. Depoimentos das Irmãs:

◆ Este Seminário foi para nós, que dele participamos, uma renova-

ção da fé e da esperança em Jesus Cristo, na partilha fraterna de nossas preocupações, limitações, alegrias e possibilidades.

◆ Iniciamos o Seminário num clima de preocupações e de expectativa. Éramos nós mesmas que deveríamos desenvolver o conteúdo, provocar a dinâmica e nos empenhar no crescimento, nosso e de todo o grupo. Técnica e conteúdo foram integrados no sentido de provocar uma vivência em profundidade. O tema do primeiro dia — **O Homem sem Cristo** — possibilitou o confronto com as nossas escravidões e suas manifestações no dia a dia. Ajudadas pela dinâmica, criou-se um clima de confiança e houve esforços de nos ouvirmos umas às outras. Tentamos descobrir as amarras de nosso egoísmo, dos nossos complexos. Durante o dia todo, assim como na celebração da tarde, tomamos uma consciência mais viva do peso do pecado e de nossa condição de pecador, que contribui pessoalmente para a instalação do mal do mundo.

A perspectiva de uma Vida em Cristo veio dar esperança à nossa caminhada. Tendo passado pela experiência do isolamento — o Homem sem Cristo — fomos descobrindo aos poucos o que é esta Vida em Cristo, partilhada com os outros. Da visão de homem fechado, voltado para si mesmo, fomos vislumbrando a fisionomia do Homem Novo, que, para São Paulo, é o Corpo Místico.

Colocadas nesta tensão — Homem Velho × Homem Novo — que vive dentro de nós, surge a

questão: O que fazer para distinguir estas duas forças? O tema seguinte nos levou a meditar sobre os critérios que São Paulo dá para este **DISCERNIMENTO**. A manhã passada no "DESERTO", no silêncio, favoreceu o repensar de nossas opções, e de nossa posição diante da prioridade dos valores evangélicos. A partilha da tarde, em pequenos grupos, foi uma afirmação de compromisso com as nossas Irmãs, na tentativa de viver o Homem Novo.

A vivência destes três dias, como qualquer vivência, é intraduzível em palavras, mas "Aquele que vos dá o seu Espírito e opera milagres em vós" (Gál 3,5) nos permitiu entrever os frutos deste Encontro.

Em 1975, o Seminário de Promoção Humana foi substituído pelo

Primeiro Encontro Agostiniano

Data: 14 a 17 de janeiro. **Local:** Itaici, SP. **Objetivo:** comemorar o 75.º aniversário da chegada ao Brasil dos Religiosos da Ordem de Santo Agostinho. **Presença:** 200 religiosos membros de 12 Congregações Agostinianas. **Tema:** Reflexão vivencial sobre a vida e a doutrina de Santo Agostinho.

Esse Encontro veio reforçar a reflexão, que Ir. Elisabeth Giron (Sup. Geral) tinha abordado no documento "Como encarar o futuro do Instituto" (20.11.72).

A evolução do mundo, em vez de uniformizar nossas respostas apostólicas e comunitárias, diversifica-as a serviço da promoção do homem e de sua libertação em Jesus

Cristo. Essa diversificação, ligada a apelos complementares, pode causar atualmente, na Congregação, certas dificuldades que só encontrarão solução na compreensão e na aceitação recíproca de projetos legítimos, embora diferentes. Que nossas comunidades sejam, antes de tudo, comunidades cujas Irmãs se sentem, todas, qualquer que seja sua opção, membros totalmente integrados, "na alegria e na dileção, pessoas de livre condição sob o tempo da graça" (Sto. Agostinho).

Quarto Seminário de Promoção Humana — 1976

Data: 9 a 11 de janeiro de 1976.
Local: São Paulo, SP. **Tema:** Confronto entre a intuição de nossos fundadores e a nossa atuação missionária, hoje.

N.º de participantes: 80. **Metodologia:** Intensificação do trabalho em grupo, partindo de um abundante material: textos dos fundadores, estudos sobre a Congregação, textos atuais sobre o sentido da Missão, cartas da Superiora Geral. O confronto entre a intuição de nossos fundadores e a nossa atuação missionária, hoje, foi assim realizada:

1.º dia: Busca da fidelidade a Deus, ontem e hoje.

2.º dia: Desafios de ontem e hoje.

3.º dia: Perspectivas para 1976.

Avaliação do Quarto Seminário de Promoção Humana — 1976. Dos debates, da troca de idéias entre todas as Irmãs presentes, surgiu o Programa do Vicariato para 1976. Transcrevemos, apenas, os itens sobre a Missão:

Idéia Central: Preocupação de nos re-situarmos como pessoas consagradas na atual realidade histórica mundo-Igreja. Re-situarmo-nos:

a) Diante da Realidade: ● Aprender a ler de maneira crítica a realidade. ● Melhorar nosso nível de informação do país, da região, da cidade. ● Redescobrir o sentido de nossa atuação como Congregação Internacional na atual realidade histórica.

b) Diante da Missão e Profissionalização: ● rever, à luz de uma leitura evangélica da realidade, as motivações de nossos engajamentos e o "como" de nossa atuação.

Foi muito significativa a contribuição de todas as Irmãs no levantamento dessas metas.

Conclusão

Dessa breve descrição do processo de aprofundamento da Missão, queremos, à guisa de conclusão, dar uma notícia sobre a presença das Irmãs, hoje, e quais as linhas fundamentais da busca atual, quanto à Missão:

1. Presença das Irmãs (dezembro 1976). Indicamos aqui, apenas, a região em que residem as Irmãs, porque relatar o âmbito de sua atuação superaria os limites deste breve trabalho. Só este elenco mostrará que o "êxodo" para o lado dos mais pobres está acontecendo, como deseja a Igreja e de acordo com as prioridades que, desde 1966, a Congregação vem estabelecendo.

Regiões

NORTE — Prelazia de Itacoatiara.

NORDESTE — Pernambuco: Recife (cidade e periferia); Olinda (cidade e periferia); sertão. Ceará, sertão.

SUDESTE — S. Paulo: capital; periferia da capital; litoral; Vale do Ribeira.

SUL — Rio Grande do Sul: capital e interior: Alto Uruguai.

2. Linhas fundamentais da busca atual, quanto à Missão:

Unidade na diversidade. O trabalho destes anos já permite ver com mais clareza o objetivo missionário e caminhar com mais segurança nessa direção. A tradução em expressões novas de vivência e de engajamentos pode se diferenciar, segundo as opções e os ritmos pessoais.

Comunhão na dispersão. Aprofundando o sentido da Missão, descobrimos que não há incompatibilidade entre dispersão geográfica e comunhão fraterna: se a vida comunitária for entendida como compromisso com a comunidade mais ampla, regional, vicarial, internacional; se a vida fraterna for alimentada por encontros periódicos e regulares; se a dispersão geográfica acontecer como decorrência de um sério engajamento missionário.

Estruturas e espaços de liberdade. Em função da Missão, criamos estruturas que pretendem ser bastante flexíveis, tentando concretizar os princípios de corresponsabilidade, colegialidade, subsidiariedade, favorecendo a participação de todas e a diversificação das respostas missionárias, de acordo com os contextos sócio-político-econômico-religiosos aonde as Irmãs estão inseridas.

QUADRO DE REFERÊNCIA

Etapas

1. Das boas intenções à eficácia.
2. Do sentimento à análise.
3. Da análise à ação.
4. Da ação individual à ação coletiva.
5. Da máquina produtora de injustiças aos artesãos da justiça e da paz.
6. Da imitação servil à criação livre.
7. Da submissão tímida à decisão corajosa.
8. Do fatalismo à responsabilidade.
9. Da imposição cultural à educação libertadora.
10. Se Você quer trabalhar pela justiça, comece a trabalhar pela libertação.

Interpretação dos fatos

1. Injustiça no mundo. Todo mundo vê isso.
2. A injustiça comove ou incomoda muita gente.
3. Muitos analisam as coisas e se sentem responsáveis.
4. Muitos acham que a culpa é dos pecados de cada um, individualmente.
5. A injustiça é fruto da estrutura das nações ou das relações internacionais: minorias que se beneficiam do trabalho dos outros.

6. Os privilegiados se consideram "desenvolvidos", como único modelo, e fazem os oprimidos se considerarem "atrasados".
7. Muitos privilegiados crêem que os pobres são inferiores.
8. Muitos explicam a injustiça pela má distribuição natural dos bens.
9. Muitos atribuem a miséria à falta de cultura e educação.
10. O que permite a continuação do estado de injustiça é a inconsciência e a passividade dos oprimidos que os impede de ser homens.

Tipos de ação

1. Há ações que tentam melhorar esta situação.
2. Muitos querem resolver o problema apenas com protestos e manifestações emocionais.
3. Falar e analisar injustiças pode virar moda.
4. Combate-se a injustiça pregando a conversão moral dos indivíduos.
5. Grupos reduzidos às vezes tentam a revolução, mas sem real participação do povo.
6. Fazem-se programas para os pobres e "subdesenvolvidos", impondo-se como modelos os "desenvolvidos".
7. Há minorias "superiores" que dominam o povo para manter a "ordem".
8. Procura-se "ajudar" os pobres com esmolas de todo tipo.
9. Procura-se fazer justiça dando aos "pobres" a cultura dos ricos.
10. Há experiências de ação para despertar e conscientizar os oprimidos para uma crítica e transformação do mundo.

Resultados concretos

1. Há boas intenções. Serão os resultados eficazes?
2. Protesto serve para desabafar, aliviar as tensões e pensar que já se fez o que podia.
3. Só falar não resolve e "dispensa" de agir.
4. Todas as religiões pregam isso há séculos, mas a injustiça continua a piorar.
5. "Revoluções" precipitadas trazem repressão ainda maior, ou apenas uma minoria no poder.
6. Aumenta-se a produção econômica dos países "desenvolvidos", mas aumenta a desigualdade.
7. As minorias no poder sempre agem de acordo com seus próprios interesses.
8. A "ajuda" acomoda o pobre e torna o rico "bonzinho".
9. Isso não muda nada, só adapta ou acomoda indivíduos ao que já existe.
10. Uma vez conscientizado, o homem não volta atrás e pode mudar a realidade.

Novas pistas de ação

1. Trabalhar com método e conhecimento.
2. Analisar e descobrir a causa da injustiça.
3. Harmonizar pensamento e ação.
4. Só a ação coletiva pode mudar as relações entre coletividades.
5. É preciso que os próprios oprimidos despertem e assumam sua libertação.
6. É preciso que os próprios injustiçados inventem outro modelo.
7. A luta pela libertação e pela justiça tem muitas vezes que enfrentar a repressão.
8. Os próprios oprimidos devem descobrir seu valor e usar seu próprio esforço.
9. A educação está na base da solução, mas não uma educação "domesticadora" e sim "libertadora". Novo conteúdo e método.
10. É preciso trabalhar ativamente para educar pela prática todos os homens à liberdade crítica e criadora.

CULTURA E SABER
SE ADQUIREM NOS LIVROS

**LIVROS
NOVOS**
**para Você
ler**

CONCILIUM/113 — 1976/3: DOGMA.
Editora Vozes, Petrópolis. Páginas 112.

O HOMEM COMO FRACASSO. Apesar das fantásticas realizações que a cultura e a tecnologia humanas conseguiram alcançar até hoje, o homem, refletindo sobre sua entidade real, individual e coletiva, é forçado a constatar, através de amarga e constante experiência, seus inúmeros condicionamentos, graves deficiências e fracassos clamorosos e inevitáveis. Como explicar este fenômeno que se revela como uma nota discordante na harmonia das coisas e do universo?

Será o homem originariamente "fracassado", ou devemos aceitar a tradição cristã que chama isso de "pecado original"? Com o fito de levar luz nesse mistério da vida e do destino humanos a revista **CONCILIUM** apresenta neste número uma série de ensaios que abordam, cada qual, facetas específicas desse problema, dentro de uma tríplice perspectiva:

1ª) De um ponto de vista fenomenológico-filosófico. 2ª) Numa análise antropológica, de orientação mais prática. 3ª) Em algumas reflexões cristãs-teológicas.

São dez artigos em que renomados autores contribuem com sua investigação e reflexão para dar uma mais lógica e profunda compreensão do assunto, possibilitando a aceitação das deficiências humanas, transformando-as em meios de elevação espiritual.

CONCILIUM/114 — 1976/4: TEOLOGIA PRÁTICA. Editora Vozes, Petrópolis. Páginas 128.

A IGREJA E A CRISE. Como no mundo secular, existem também na Igreja evidentes e alarmantes fenômenos de uma profunda crise em desenvolvimento. Há quem pense tratar-se de

um irreversível processo histórico de dissolvência de uma instituição, que ainda existe na sua tradição mas que não mais atende às exigências da cultura e da vida moderna. Outros, pelo contrário, inspirando-se em dados de sua fé e no testemunho da própria história da Igreja, vêem nisso mais uma fase recorrente em que a vida eclesial busca no seu interior novas energias para um crescimento adequado, à altura das novas circunstâncias da vida e dos tempos modernos.

A gravidade e a importância do assunto mereceram a atenção de um grupo de especialistas e de teólogos que se propuseram estudá-lo em seus vários aspectos, fora e acima de qualquer posição de preconceito negativo ou apologético. Desses estudos e reflexões surgiu o presente volume, onde encontramos uma exposição completa em torno do assunto. Entre os vários resultados desta pesquisa, vale ressaltar a afirmação de que a crise atual da Igreja, como em épocas e outras experiências do passado, pode assumir uma finalidade histórica que é, especialmente, preparar e adaptar suas estruturas em face de novas tarefas de salvação para o mundo atual e futuro.

CONCILIUM/115 — 1976/5: TEOLOGIA FUNDAMENTAL. Editora Vozes, Petrópolis. Páginas 112.

TEOLOGIA E LITERATURA. Há muito que a teologia se vinha fechando a outros discursos que não o seu, encerrando-se num verdadeiro monólogo sistemático, dogmático, sem levar em conta a contribuição da linguagem literária e de seus diversos gêneros como,

por exemplo, o romance, a poesia, a biografia, etc. Em seu estilo de ciência hermética teria ela conseguido captar melhor o mistério, que pretendia expressar? Ou teria antes ficado esclerosada, enrijecida em esquemas, fórmulas e definições, sem maior abertura para o amplo campo da versatilidade comunicativa da expressão humana?

Em face dessa situação, logo se evidencia a oportunidade do presente estudo que tem como tema central as relações entre Teologia e Literatura. São levantadas questões como: Qual o sujeito adequado da Teologia? O letrado? O professor? O pregador e cura d'almas? O místico? O simples fiel? O pequeno grupo? A comunidade — o povo de Deus — que para si própria escreveria a sua biografia religiosa, como o fizera outrora o Povo de Israel?

Toda esta problemática é levantada e analisada num enfoque atual, em diálogo com a literatura e as atuais tendências do pensamento moderno. A esse respeito, é sumamente sugestiva a colocação do poeta francês Jean Claude Renard, para o qual a teologia só irá recobrar o seu vigor quando aprender a levar em conta as possibilidades que a poesia lhe oferece. Para ele é urgente que a Teologia "desdogmatize" a sua linguagem e aprenda a proferir "uma verdadeira palavra sobre o mistério, que seja realmente e ao mesmo tempo uma palavra conforme à questão sempre aberta de nosso derradeiro sentido e de nosso derradeiro destino".

Ensaio palpitante sobre um tema candente e atual, cuja leitura interessará a todos os que se ocupam com o discurso religioso, leigos e padres.

O SUPERIOR MAIOR = PROVINCIAL E A XI ASSEMBLÉIA GERAL DA CRB

1. **O Superior não pode marginalizar-se.** Nem dentro de sua Congregação nem em referência aos outros Superiores. Ele é parte de um todo. Só desempenhará sua função a contento, se buscar conselho e estímulo junto a colegas. Não participar de encontros, cursos, reuniões, onde são tratados problemas específicos, é fadar-se ao fracasso no desempenho da função assumida. Querer pontificar, a partir do ponto de vista pessoal exclusivo, é não ser digno do cargo. Se o Superior não busca informações, não se atualiza, dentro em breve estará impossibilitado de acompanhar com sabedoria e prudência os problemas que os súditos lhe trazem. Uma oportunidade ímpar para fugir da fossilização e do ensimesmamento é a ASSEMBLÉIA GERAL, onde vamos ouvir e ver pareceres iguais, semelhantes ou totalmente diversos dos nossos, e no entanto, dignos de serem respeitados, por serem evangélicos. Uma Assembléia é comunhão de idéias, de esforços, de buscas. É tão bom sentir-se apoiado no bem que fazemos. Nós Religiosos nos definimos dentro da Igreja, primeiramente como portadores de um carisma, de um dom que o Senhor Deus nos concedeu em benefício do próximo. Além disso o Superior participa do carisma da comunhão que é dado a quem coordena uma comunidade. Quem se recusa a partilhar de uma Assembléia, dificilmente partilhará da vida de sua comunidade.

2. **Participar é questão de responsabilidade.** Diante da Congregação. Quem não busca uma constante atualização, rapidamente se sentirá defasado e passará a não compreender os acontecimentos com os jovens formandos. A Congregação tem direito de ter um Superior atualizado e seguro, em meio às múltiplas inseguranças da vida moderna. Responsabilidade diante da Igreja. Vida religiosa acontece quando nos reunimos, e formamos comunhão. O modo de expressarmos Igreja como Superiores é precisamente através de um encontro de todos, ou seja, a Assembléia. Se faltar esta característica de responsabilidade eclesial, algo de básico está destruído na vida religiosa.

3. **A vida religiosa no Brasil é olhada por outros países com muita atenção.** Existem aqui muitas coisas belas e boas. Somos, no entanto, olhados como um todo, cujo reflexo de comunhão, de unidade, de responsabilidade, vai transparecer de um modo ímpar na XI ASSEMBLÉIA GERAL.